ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS NO PORTAL ÚNICO

MICHELE LINS ARACATY E SILVA
(ORGANIZADORA)

Atena Editora
Ano 2023

ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS NO PORTAL ÚNICO

MICHELE LINS ARACATY E SILVA
(ORGANIZADORA)

Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Artigos e reflexões publicados no Portal Único

Diagramação: Letícia Alves Vitral
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A791 Artigos e reflexões publicados no Portal Único / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0895-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.956231702

1. Ciências sociais. 2. Economia. 3. Inflação. 4. Renda. I. Silva, Michele Lins Aracaty e (Organizadora). II. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Este e-book intitulado: **Artigos e Reflexões Publicados no Portal Único**, tem o propósito de reunir num único volume os vinte e seis primeiros artigos publicados no Portal Único.

O convite para publicação semanal dos artigos e reflexões foi realizado pelo Sr. José Cláudio Barbosa, CEO do Portal Único e ocorreu em maio de 2022.

Acerca do Portal Único, constitui numa publicação jornalística da empresa P J Comunicação e Marketing, instalada em Manaus, aberto a todas as manifestações democráticas, políticas e religiosas, defensor do meio ambiente e contrário a qualquer postura racista, prática de fake news e de ações de ódio.

Assim, cada capítulo traz uma reflexão sobre um tema específico, com destaque para: As Potencialidades da Economia de Baixo Carbono, Economia Prateada (50+): Um Mercado de Oportunidades, A Geração de Emprego e Renda na Base da Pirâmide BOP, Amazônia e o Desafio da Economia Verde, A Importância do Descarte Correto de Resíduos: Lixo Eletrônico, O Impacto da Inflação por Faixa de Renda, Economia da Felicidade e a FIB, Infraestrutura é Essencial para o Desenvolvimento da Amazônia, A Educação Financeira para os Jovens, Floresta Rica, População Pobre, Economia da Bicicleta do Brasil, Organizações Híbridas ou Setor 2.5, A Economia Compartilhada é Sustentável? Economia Solidária, Pegada Ecológica, Bancos Comunitários e Moeda Social, A Importância da Economia da Saúde, Finanças Verdes, Economia Criativa, Mineração Sustentável, Educação e Crescimento Econômico, Educação e Exclusão Digital, Empreendedorismo Sustentável na Amazônia, Cidades Sustentáveis, Economia Digital e Crédito de Carbono.

A principal motivação para a organização desta obra se baseia no compartilhamento de conhecimento agregado através de pesquisas e da experiência em participar de eventos científicos na área de economia e desenvolvimento regional com foco na Amazônia. Espera-se que os trabalhos aqui apresentados possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Julgamos que os trabalhos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

> "O que vai gerar riqueza das nações é o fato de cada indivíduo procurar o seu desenvolvimento e crescimento econômico pessoal".
> Adam Smith (1723-1790).

SUMÁRIO

SUMÁRIO

SUMÁRIO

AS POTENCIALIDADES DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A discussão acerca da Economia de Baixo Carbono tem sido cada vez mais frequente em todos os meios de comunicação e por vezes coloca o Brasil bem como a Amazônia como protagonistas desta transição energética.

Então, o que seria Economia de Baixo Carbono? entende-se por Economia de Baixo Carbono os sistemas econômicos que possibilitam baixa emissão de poluentes, ou seja, os gases nocivos, em especial os que emitem carbono, como por exemplo: monóxido de carbono e o dióxido de carbono. Além da redução do Gases de Efeito Estufa (GEE) temos um cenário de ampliação do uso de energias limpas e atribuições de custos aos impactos gerados pela emissão de gases poluentes com o Crédito de Carbono.

A Economia de Baixo Carbono constitui potencial geradora de emprego, renda e desenvolvimento, além de ser um potencial estímulo da transição para um cenário promissor dentro da Economia Verde. Em se tratando de geração de emprego e renda, cabe aqui o recorte acerca dos Empregos Verdes, que ora já são apontados como uma necessidade do século XXI de forma que estes contribuiriam para atender ao tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Ademais, de acordo com a OIT estima-se que serão criados até 2030, 24 milhões de novos empregos em atividades ligadas aos Empregos Verdes, em especial, na Ásia e América Latina.

A proposta da Economia de Baixo Carbono é de fazer uso dos recursos naturais de forma racional com foco nas matrizes energéticas e na circularidade dentro dos processos produtivos, tendo como grande aliada a inovação dos processos tecnológicos.

Com o aumento da poluição do ar, do efeito estufa e do aquecimento global nas últimas três décadas, tem aumentado o uso de tecnologias voltadas para a geração de energia de forma limpa. Nesse sentido, muitas empresas detectaram a oportunidade de investirem em negócios rentáveis com o desenvolvimento de produtos ecologicamente sustentáveis e de baixo ou nenhum impacto ambiental, com destaque para os seguintes setores: geração de energia eólica, energia solar e os tão desejados carros elétricos.

Ademais, a criação e ampliação do mercado de comercialização de Crédito de Carbono constitui parte vital neste processo. Nesse sistema, países com maior necessidade de uso de combustíveis de origem fóssil podem adquirir (comprar) créditos de países que reduziram o uso destas fontes energéticas poluentes. Desta forma, as emissões dos gases do efeito estufa podem ser controladas em nível global.

O mercado de Crédito de Carbono é uma das apostas para a geração de renda para o Brasil e contribuiria para frear o desmatamento na Amazônia.

O Tratado Internacional de Paris constitui um importante expoente para a transição para uma Economia de Baixo Carbono. E países como os Estados Unidos já registram retorno nos investimentos, uma vez que setores renováveis são responsáveis por criar 12 vezes mais empregos que outros setores da economia. Ademais, já se registra a redução dos custos iniciais de transição, por exemplo: o custo para a implantação de energia eólica tem apresentado uma redução significativa.

E onde o Brasil se encontra nesse processo? O Brasil acompanhado por EUA, China, Índia, Japão e Alemanha compõe a lista de potenciais países que já geram emprego na área de energia renovável e são alvo dos investidores.

Dada as potencialidades e condições climáticas favoráveis, o Brasil possui potencialidade para assumir uma posição de líder mundial no processo de transição para uma Economia de Baixo Carbono. Uma vez que o Brasil e a Amazônia dispõem de abundância em águas e já faz uso destas para a geração de energia por meio de hidrelétricas, possui posicionamento estratégico que facilita a geração de energia solar quase em todo o período do ano e em todos os estados. Além disso, a costa brasileira e a região do Nordeste são privilegiadas na qualidade dos ventos, facilitando a geração de energia eólica.

Porém, para que possamos aproveitar estas potencialidades, faz-se necessário uma política clara, bem conduzida e direcionada por parte do setor público para que se tenha uma ampliação dos investimentos na economia brasileira para setores de baixo carbono por meio do engajamento de investidores alinhados com as metas de descarbonização propostas pelo Acordo de Paris.

Entre as principais ações governamentais já aprimoradas por outros países e que podem servir de direcionamento para o Brasil e para a Amazônia, destacamos: cobrança de taxas, impostos e tarifas a atividades que utilizam energia oriunda da queima de combustíveis fósseis; incentivos fiscais para empresas que fazem uso de fontes de energia limpa e renovável; incentivos fiscais para empresas que produzem e comercializam produtos com baixa emissão de gases poluentes e por fim, a criação de leis que estabeleçam limites para o uso de fontes de energia com o uso de combustíveis fósseis.

O mercado financeiro também já está despertando para os riscos de se investir em atividades que geram emissões. Já observamos um maior interesse por parte dos investidores em direcionar os seus investimentos para novos negócios alinhados com a sustentabilidade, foco no ESG (Environmental, Social and Corporate Governance).

Observa-se também que empresas sustentáveis já estão superando seus concorrentes em performance. As organizações comprometidas têm melhores margens de lucro, podendo gerar um ROI 18% maior que as companhias que não são comprometidas.

É inegável que a Economia de Baixo Carbono veio para ficar. Nesta nova economia, as empresas eficientes que estão fazendo a transição energética possuem grandes chances de prosperarem uma vez que os seus lucros estão atrelados à diminuição da poluição do ar bem como da redução dos gases de efeito estufa.

Por fim, a Economia de Baixo Carbono é desenvolvimento econômico, potencialidade de geração de emprego e renda com a garantia de um futuro mais sustentável com foco no meio ambiente. É por esse motivo que também é conhecida como a Economia do Futuro.

Publicado em: 05.05.22. Disponível em: https://portalunico.com/as-potencialidades-da-economia-de-baixo-carbono/

ECONOMIA PRATEADA (50+): UM MERCADO DE OPORTUNIDADES

Com o avanço na medicina, tratamentos, medicamentos bem como a disponibilização de vacinas em quase todos os países do mundo observa-se um aumento substancial da longevidade populacional.

A longevidade populacional é responsável por criar um mercado com elevado potencial de consumo: A Economia Prateada ou 50+. Termo definido pela Oxford Economics, a "*silver economy*" ainda na década de 1970, que agrega as pessoas com mais de 50 anos.

"Define-se Economia Prateada como sendo a soma de todas as atividades econômicas associadas às necessidades das pessoas com mais de 50 anos e os produtos e serviços que elas consomem diretamente ou virão a consumir no futuro".

O pioneirismo da Economia Prateada tem como foco o país mais velho do mundo, o Japão, onde mais de 30% da população tem idade acima de 65 anos.

A popularização do conceito bem como os movimentos em prol de um ambiente de oportunidades teve como berço a França em 2015, quando a União Europeia fez um amplo estudo sobre o assunto e elegeu a França como nação a servir de espelho para as demais no que tange a olhar para o futuro e para a longevidade de forma propositiva e por apresentar ações e oportunidades para este público, trata-se do Silver Valley, pioneiro em fomentar ambientes de negócios para a longevidade, unindo organizações que antes não conversavam sobre o tema, como: academia, iniciativa pública, governo, iniciativa privada e *startups* para pensar soluções para a longevidade.

A iniciativa francesa rompeu a barreira de olhar para o envelhecimento como um problema e focar nas oportunidades desta realidade, atendendo a um processo cada vez mais acelerado.

Não somente o mundo envelheceu, o Brasil também, e quais são estes números: de acordo com a ONU, em 2017, o mundo tinha 962 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2050, esse número passará para 2,1 bi – o equivalente a 25% da população mundial. No Brasil, temos hoje 37 milhões de idosos e seremos 68,1 milhões em 2050.

Apenas entre 2012 e 2021, 12,2 milhões de brasileiros ingressaram no grupo de pessoas com 60 anos ou mais, sendo responsável por movimentar R$ 1,6 trilhão por ano. A expectativa é de que esse crescimento seja ainda mais acelerado nos próximos anos, com o maior envelhecimento da população brasileira.

Dessa forma, o Brasil precisa se preparar de uma forma gradativa, pois em 2050, será o 6° país mais velho do mundo e ficará à frente das nações desenvolvidas. Teremos

mais idosos do que jovens até 14 anos devido à baixa natalidade e alta longevidade.

Em 1940 a expectativa de vida do brasileiro era de 45,5 anos. Já em 2019, quando o IBGE fez o último levantamento, este número pulou para 76,6 anos.

Este movimento impulsiona e impulsionará a criação de profissões, de postos de trabalho e o surgimento dos mais variados cursos, seja para profissionais de todas as idades que querem atender a este público, seja para contribuir para o estímulo ao raciocínio dos 50 (como aulas de games) ou auxiliando no uso de ferramentas tecnológicas ou mesmo na prestação de serviços no segmento de saúde ou lazer.

Em relação ao mercado de trabalho, eles tem muito a contribuir, uma vez que a rápida tomada de decisão é uma habilidade conquistada pela vivência acumulada; o equilíbrio e a liderança trazem a confiança e o respeito e estes profissionais carregam consigo o networking que fortalece e concretiza os negócios.

Em relação aos negócios, estamos observando uma explosão de empresas de tecnologias e *startups* abertas por este público ou mesmo que oferecem produtos e serviços para este novo mercado, uma conexão entre o tradicional, a inovação e o futuro.

Ainda em relação ao mercado, podemos observar que eles estão em todos os lugares: nas universidades, (temos até universidades destinadas a este público – Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade – FUnATI), nas academias, no mercado de trabalho e no Tinder. Impulsionam as vendas, o comércio e os serviços e estão dispostos a consumir cada vez mais e apresentam uma renda potencial para este consumo.

Se você não faz parte desse grupo, é bom ir se acostumando com a ideia de que um dia você irá fazer parte dele, cabe a você criar ou apoiar novas soluções focadas na nesta nova economia tanto no que se refere ao consumo, quanto para questões de impacto social, não como uma simples visão de mercado ou mesmo empatia, mas sim uma questão de autocuidado.

Por fim, é inegável que a existência humana está estruturada em ciclos: infância, adolescência, idade adulta e o envelhecimento. Temos que olhar para o envelhecimento como um privilégio e devemos tecer reverências e gratidão, mas devemos nos preparar para este momento para que possamos gozar com saúde, qualidade de vida, renda e entusiasmo. Por isso, não podemos aceitar que esta Nova Economia traga preconceito e falta de respeito.

Publicado em: 12.05.22. Disponível em: https://portalunico.com/tema-2-economia-prateada-um-mercado-de-oportunidades/.

A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA BASE DA PIRÂMIDE BOP

Mesmo com as inovações tecnológicas e avanços do capitalismo diversas nações em todos os continentes ainda lutam para reduzir os indicadores de pobreza e melhorar a vida da população que se encontra na base da pirâmide econômica.

A base da pirâmide econômica BOP (BOP, a sigla em inglês, significa Bottom of the Pyramid), consiste na população pertencente às classes D e E, e que sobrevivem com menos de 2 dólares por dia.

Sabemos que a erradicação da pobreza constitui ao mesmo tempo um desafio e um compromisso mundial e está presente nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (os 17 ODs's da ONU) ocupando a primeira posição, o ODS 1 - Erradicação da pobreza – com o compromisso de acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Acerca da pobreza, os números são assustadores e constituem um contingente de 732 milhões de pessoas (em situação de pobreza, pobreza extrema e pobreza multidimensional), dados da ONU que antecedem a pandemia de Covid-19.

A discussão acerca da Pirâmide BOP bem como a preocupação em gerar emprego e renda na base da pirâmide deu-se com a publicação da obra "A Riqueza na Base da Pirâmide: erradicando a pobreza com o lucro" dos autores PHAHALAD, C. K. e HART, S. L, publicada em 2002, o qual alertavam o mundo bem como as grandes corporações, leia-se as empresas multinacionais, da necessidade destas de contribuírem de alguma forma para reduzir as mazelas da pobreza.

Ao defenderem a erradicação da pobreza por meio de lucros, os autores sugerem que uma situação "ganha-ganha" seria possível para as multinacionais que passassem a considerar as quatro bilhões de pessoas mais pobres do mundo como consumidores potenciais dos seus produtos. Nesta condição, segundo os estudiosos, seria possível a obtenção simultânea de lucros e erradicação da pobreza.

É fato que o mercado na base da pirâmide é monetariamente pequeno para ser altamente lucrativo às multinacionais, conforme a proposta inicial. No entanto, segundo os autores, o setor privado pode atuar de forma a aliviar a pobreza ao visualizar a população pobre como "produtores", enfatizando a compra, ao invés, da venda.

Como seria esse processo? a população na base da pirâmide pode produzir e fomentar o seu próprio consumo desde que os produtos tenham preços acessíveis e tenham qualidade. Além disso, os potenciais produtos a serem demandados podem ser

fracionados para que se adequem às rendas destas famílias.

Um dos exemplos mais bem sucedido vem da Unilever, pioneira nas ações no segmento BOP, sendo referência mundial, tanto por sua extensão global, como por suas práticas sustentáveis. A empresa implementou uma ação bem-sucedida e inspiradora na Índia, através da promoção de saches descartáveis de shampoo para pessoas muito pobres.

O que faz da iniciativa da multinacional na Índia uma referência é que não focaram apenas no ato da venda e sim nas etapas anteriores, na produção. Os próprios moradores das comunidades vulneráveis foram os responsáveis pela fabricação do shampoo em forma de sachê destinados ao consumo dos seus vizinhos, ou seja, uma iniciativa para fomentar a empregabilidade, a geração de renda local e possibilitar o consumo de um produto essencial para a higiene dessa população que se encontra na base da pirâmide, "uma forma de aproximar a produção do consumo".

A proposta da empresa no que tange a implementação de suas ações em comunidades vulneráveis foi inspirada por Henry Ford, que dizia que "mesmo se ninguém comprasse os carros produzidos pela Ford, seus empregados os comprariam, porque recebiam bons salários trabalhando em suas fábricas", "só deste modo, produzindo, gerando renda local e satisfazendo o consumo simultaneamente, é possível atrelar o processo à economia da comunidade", Henry Ford.

Desde 2002, após o lançamento da obra, percebemos claramente que o conceito inicial de investimento na "base da pirâmide", fundamentado exclusivamente na atuação de multinacionais através da venda de produtos em larga escala, foi, desde então, mudado ou adaptado à realidade e objetivo de cada empresa, e ainda se configura num cenário em construção.

É inegável que ainda temos mais perguntas do que respostas acerca do sucesso das ações das empresas junto à base da pirâmide BOP e tem-se muita preocupação no que tange ao alcance do desenvolvimento visto que a necessidade de gerar consumo em grandes quantidades e escalabilidade acarreta impacto ao meio ambiente e retardo no alcance do tripé da sustentabilidade (triple bottom line: social, econômico e ambiental).

Mesmo que estas ações sejam pontuais e os resultados sejam singelos o que deve ficar claro para cada um de nós como cidadãos, empresas privadas, governo e sociedade é a necessidade urgente de se buscar alternativas para reduzir os impactos da pobreza sobre a sociedade que se encontra na base da pirâmide BOP atendendo aos anseios da sustentabilidade.

Publicado em: 20.05.22. Disponível em: https://portalunico.com/geracao-de-

emprego-e-renda-na-base-da-piramide-bop/

AMAZÔNIA E O DESAFIO DA ECONOMIA VERDE

Atualmente, a discussão acerca da Economia Verde vem ganhando espaços cada vez mais variados nos meios de comunicação bem como nas pautas dos gestores públicos. Destaca-se aqui que a gênese conceitual da Economia Verde que tem como origem o Relatório de Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum” de 1987, e que ganhou reforço nas discussões na Conferência Rio + 20, em 2012.

Depois da Rio + 20, a expressão “Economia Verde” foi absorvida por governos, empresas e pela sociedade civil, e empregada na formulação e execução tanto de políticas públicas quanto na iniciativa privada, nesta última, com foco na responsabilidade socioambiental.

Ainda sobre a definição de Economia Verde, devidamente apresentada pelo PNUMA- ONU em 2011, resulta em: “melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica”. Ela tem três características principais: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.

A fórmula para uma Economia Verde inclui: oferta de empregos, consumo consciente, reciclagem, reutilização de bens, uso de energia limpa e valoração da biodiversidade. Espera-se que seus resultados proporcionem uma melhor qualidade de vida para todos, diminuição das desigualdades entre ricos e pobres, conservação da biodiversidade e preservação dos serviços ambientais.

Ademais, para entender a Economia Verde necessitamos nos debruçar na definição clássica de desenvolvimento sustentável: “o qual constitui no desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades e constitui uma busca clara pela igualdade entre gerações. Em relação à igualdade entre gerações, sob o prisma da sustentabilidade, tem-se que cada geração deve ter o mesmo bem-estar, ou a mesma igualdade de oportunidades que as demais.

Em termos do meio ambiente, não deve haver uma deterioração desse que impeça uma geração de alcançar o mesmo bem-estar que uma geração anterior. Logo, a preservação do meio ambiente surge como uma forma de evitar o aumento da desigualdade entre gerações. Isso não quer dizer que defendemos a preservação a qualquer custo, mas é necessário que haja critérios que norteiem o uso racional das riquezas ambientais de forma sustentável.

Para tanto, a transição para uma Economia Verde pode ser feita tanto por países

ricos quanto por países pobres, uma vez que se enxerga a possibilidade de gerar desenvolvimento socioeconômico a partir das riquezas naturais e da sustentabilidade, sem se estruturar sob práticas predatórias convencionais.

Segundo a ONU, a Economia Verde constitui um modelo econômico atrativo e promissor, sendo capaz de gerar um acréscimo de R$ 2,8 trilhões ao PIB brasileiro até 2030 e com potencial de geração de 2 milhões de empregos.

E como podemos contextualizar a Amazônia com a sua rica biodiversidade com foco numa Economia Verde mais inclusiva? É fato que a modelo econômico instituído na Amazônia bem como os vários ciclos de riqueza foram historicamente destinados ao mercado internacional e vale ressaltar que os produtos aqui explorados foram destinados à exportação com pouco ou nenhum valor agregado, proporcionando riqueza no destino e não na origem.

A Economia Verde apresenta-se como uma oportunidade e coloca grandes desafios a serem enfrentados para que a Amazônia possa se inserir nesse novo e promissor modelo econômico. Para tanto, contamos com a ajuda da ciência, da tecnologia bem como da inovação para que juntas possam contribuir para a geração de uma economia muito mais rentável, competitiva e preservacionista em relação à economia tradicional, que constitui uma prática predatória.

Na outra ponta desta relação estão os investimentos, que devem ser direcionados através de ações coordenadas entre o setor público, privado e institutos de pesquisa para que essa geração de conhecimento ganhe escalabilidade e contribua de forma efetiva para o avanço da Economia Verde. Como por exemplo, os produtos destinados à indústria de perfumaria e cosméticos, uma vez que o mercado nacional cresce a dois dígitos e essas áreas consomem baixos volumes de materiais à preços compensadores.

Neste novo modelo econômico, os consumidores também contribuem e estão ávidos por consumirem produtos produzidos de forma sustentável. Ademais, procuram ser conhecedores das ações ligadas às empresas bem como acompanham a sua imagem frente às questões sociais e ambientais, querem conhecer o impacto positivo desta empresa e do produto por ela oferecido.

Não nos resta dúvida de que o Brasil tem a possibilidade de ser protagonista dessa agenda em nível global com destaque para a Amazônia e sua rica biodiversidade. Cabendo a todos nós a identificação de caminhos efetivos para transformar todo esse potencial econômico em negócios rentáveis e sustentáveis.

Por fim, é inegável que a Economia Verde representa uma mudança de paradigma e nos possibilita a exploração dos produtos da floresta com agregação de valor, geração

de emprego e renda e preservação ambiental podendo contribuir de forma direta para a redução do desmatamento ilegal que hoje constituiu um desafio para o Brasil e para a Amazônia.

Publicado em: 25.05.22. Disponível em: https://portalunico.com/amazonia-e-o-desafio-da-economia-verde/

A IMPORTÂNCIA DO DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS: LIXO ELETRÔNICO

Como não amar a tecnologia bem como as inúmeras facilidades proporcionadas por ela em nosso cotidiano. São inúmeros os benefícios e facilidades: acesso à informação, ganho de tempo, mobilidade, comunicação mais precisa, acesso à serviços bancários, eficiência de custos, melhora nas técnicas de aprendizagem etc.

Pode-se dizer que o lixo eletrônico é, entre outras coisas, uma consequência do mundo tecnológico em que vivemos. Com novos aparelhos, funcionalidades e *gadgets* surgindo a uma velocidade muito maior do que há 20 anos, estamos consumindo muitas novidades.

Quando pensamos em futuro é inevitável falar sobre tecnologia e inovação que ao longo do tempo provocaram profundas mudanças no comportamento das pessoas e nos mais diversos setores da sociedade, mas você já parou para pensar nas consequências de todo esse processo? para onde deveria ir os resíduos dessa modernidade? Você sabe o que fazer com eles?

Para efeito de curiosidade, e para se ter uma ideia da importância e da preocupação com o lixo eletrônico, este ganhou um dia específico. É isso mesmo, considera-se o dia 14 de outubro como o Dia Internacional do Lixo Eletrônico.

Bom, para iniciarmos esta discussão, vamos aos números: o Brasil gera o equivalente a 2 milhões de toneladas de lixo eletrônico por ano, ocupa o 1° lugar na América Latina e a 5ª posição em relação ao mundo. E o mais grave é que menos de 3% é reciclado.

Entre os principais equipamentos eletrônicos descartados, temos: os monitores de computadores, telefones celulares e baterias, computadores, televisores, câmeras fotográficas e impressoras.

O elevado número de equipamentos descartados de forma irregular tem se tornado um problema ambiental tanto no Brasil como nos demais países do mundo uma vez que, os pontos de descarte não acompanham o crescimento do mundo moderno.

O maior problema do descarte irregular está atrelado às substâncias químicas liberadas no meio ambiente: resina epóxi, fibra de vidro, PCB (bifenilas policloradas), chumbo, estanho, cobre, silício, berílio, carbono, ferro e alumínio, dentre outros. Tais substâncias podem provocar contaminação do solo e da água e em contato com o ser humano pode provocar doenças graves.

No caso do Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei n°. 12.305/ 2010 exige a implantação da Logística Reversa para produtos eletroeletrônicos e seus

componentes, definindo Logística Reversa como um sistema que possibilita o retorno de bens ou de seus materiais constituintes ao ciclo produtivo para reaproveitamento ou destinação adequada podendo retornar ao processo produtivo após a reciclagem ou serem reutilizados em aplicações diversas.

O que vem a ser Logística Reversa? Para começar podemos afirmar que constitui um princípio baseado em Sustentabilidade, sendo: “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”. Resumindo: a Logística Reversa visa a reinserção dos resíduos no ciclo produtivo impactando de forma positiva na redução da poluição ambiental, reduzindo o desperdício de insumos e incentivando a reutilização e reciclagem de produtos.

Para as empresas, a Logística Reversa proporciona eficiência econômica através de ganhos financeiros, reutilização de recursos e ganho de prestígio da marca, atendendo aos consumidores verdes ou consumidores conscientes.

Como bem definido na PNRS dentre os principais instrumentos introduzidos está a Responsabilidade Compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Em relação ao ciclo de vida dos produtos, este é formado por uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de insumos e matéria-prima, processo produtivo, o consumo e a disposição final adequada e responsável.

Contudo, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos a prática da Responsabilidade Compartilhada, com o objetivo de reduzir os impactos gerados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Reforçamos aqui a necessidade do fortalecimento da Educação Ambiental de forma a conscientizar todos os atores da cadeia em relação às suas responsabilidades e respectivas ações no âmbito econômico, social e ambiental.

Por fim, muitos fabricantes de equipamentos eletrônicos já implementaram a Logística Reversa com o objetivo de atender a legislação e de gerar impacto positivo, mas cabe ao consumidor que está no final da cadeia produtiva localizar um ponto de descarte para direcionar o seu lixo eletrônico de forma responsável.

Publicado em: 02.06.22. Disponível em: https://portalunico.com/a-importancia-do-descarte-correto-de-residuos-lixo-eletronico/

O IMPACTO DA INFLAÇÃO POR FAIXA DE RENDA

Inflação é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE produz dois dos mais importantes índices de preços: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, considerado o oficial pelo Governo Federal e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Tanto o IPCA como o INPC tem como propósito medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população, o resultado mostra se os preços aumentaram ou diminuíram de um mês para o outro. Essa variação é sentida pelo consumidor quando este for adquirir o produto ou o serviço e implica na diminuição do poder de compra da moeda.

A inflação pode ter várias causas, que podem ser agrupadas em: pressões de demanda, pressões de custos, inércia inflacionária e expectativas de inflação. Atualmente, todos os países estão sofrendo as pressões decorrentes do processo inflacionário ainda como consequência da pandemia de Covid-19 e mais recentemente do conflito no leste europeu entre Rússia e Ucrânia.

A inflação provoca incertezas, desestimula o investimento e prejudica o crescimento econômico uma vez que os preços relativos ficam distorcidos provocando ineficiência na economia. Por sua vez, as pessoas e as firmas perdem a noção dos preços relativos dificultando a avaliação acerca se algo está barato ou caro. Dessa forma, as classes de renda mais baixa são as mais afetadas uma vez que, dispõe de menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação.

Apesar da porcentagem que representa a inflação ser uma só, não quer dizer que todos os brasileiros sintam seu efeito da mesma forma. As famílias pobres e de renda média, por exemplo, são as mais impactadas pelo aumento dos preços.

Os números mais recentes mostram que a inflação para as classes D e E, definido pelo indicador de inflação por faixa de renda, apontou uma tendência maior de inflação para as famílias de menor renda do que as de renda mais alta (IPEA).

Para as famílias de renda mais alta, a inflação variou 1%. Já para as famílias de renda mais baixa, 1,06%. Os dados acumulados no ano, de janeiro a abril (2022), indicam índices de inflação de 3,7% para o segmento de renda alta e 4,5% para o segmento de renda muito baixa.

As famílias de renda mais alta foram atingidas pelo grupo "transportes", responsável por 60% de toda a inflação registrada em abril, refletindo os reajustes das passagens

aéreas (9,5%), do transporte por aplicativo (4,1%), da gasolina (2,5%), do etanol (8,4%) e do diesel (4,5%). Demais grupos, como medicamentos, as altas dos preços dos serviços pessoais (recreação, por exemplo), também elevaram a inflação dessas famílias.

Já para as famílias de renda mais baixa, a pressão foi sentida em decorrência dos preços dos alimentos, ancorados pelos itens da cesta básica. O item "alimentação e bebidas" respondeu por 61% do apurado em abril, com destaque para as altas do arroz (2,2%), feijão (7,1%), macarrão (3,5%), batata (18,3%), leite (10,3%), frango (2,4%), ovos (2,2%), pão francês (4,5%) e óleo de soja (8,2%). A segunda maior contribuição veio do grupo "saúde e cuidados pessoais", por meio da alta de 6,1% dos medicamentos.

Isso ocorre, pois, as famílias que ganham menos costumam destinar mais da sua renda mensal às suas necessidades, principalmente alimentação, do que as famílias de classes mais altas, que costumam guardar dinheiro e investir, seja no mercado financeiro, em imóveis ou outros bens.

Estima-se que o peso do item alimentação em domicílio, por exemplo, das famílias de classes de renda mais baixa seja de 30% enquanto para as classes de renda mais alta este peso seja de aproximadamente 10%.

Sabemos que a pandemia ocasionou mudanças nos hábitos de consumo, mas a diferença tende a continuar uma vez que os mais pobres vão sempre consumir uma parcela maior proporcionalmente da sua renda adquirindo alimentação em relação aos mais ricos.

Como se proteger dos impactos decorrentes do processo inflacionário? Investindo em Educação Financeira e buscando conhecer mecanismos que façam com que o seu capital e rendimento não sofram a desvalorização com a alta de preços. Ou seja, buscar os melhores investimentos para proteger o seu patrimônio e conseguir ganhos acima da inflação.

Acerca da Educação Financeira, ela tem como objetivo principal tornar o indivíduo consciente para todas as decisões que envolvam dinheiro, levando-o a ter ciência das oportunidades e riscos ao se deparar com escolhas. Possibilitando a transformação do dinheiro em ferramenta para alcançar seus objetivos e resultados desejados.

Por fim, a Educação Financeira é essencial para quem busca valorizar o seu trabalho e os ganhos decorrentes deste também é imprescindível para quem deseja ter tranquilidade em relação ao orçamento doméstico e será relevante para todos em todas as fases da vida.

Publicado em: 10.06.22. Disponível em: https://portalunico.com/o-impacto-da-inflacao-por-faixa-de-renda/

ECONOMIA DA FELICIDADE E A FIB

Acredito que em algum momento da vida cada um de nós já tenha ouvido falar em Produto Interno Bruto (PIB) como indicador econômico nacional, que mensura as riquezas de um determinado país ao longo de um determinado período de tempo, mas desde 2012 o PIB deixou de ser o único indicador nacional pois surgiu a Felicidade Interna Bruta (FIB), caracterizado como um indicador sistêmico.

O estudo da felicidade bem como a sua importância para a sociedade não é recente e inúmeras experiências nos mais variados países a colocam como componente imprescindível para o bem-estar coletivo.

O pioneirismo acerca desta discussão data de 1972, quando o antigo rei do Butão, Jigme Wangchuck, apresentou numa conferência internacional a filosofia da Felicidade Nacional Bruta (FNB), definindo-a nos seguintes pilares: Desenvolvimento sustentável; Preservação e promoção da cultura; Conservação do meio ambiente e Governança.

Na oportunidade, a Felicidade Interna Bruta (FIB) foi dividida em nove categorias: Bem-estar psicológico; Saúde; Uso do tempo; Vitalidade comunitária; Educação; Cultura; Meio ambiente; Governança e Padrão de vida.

A FIB (Felicidade Interna Bruta) surge com o propósito de destacar a importância da felicidade e do bem-estar para o ser humano e apresenta os seguintes requisitos: bem-estar humano, esgotamentos dos recursos da natureza, cuidados familiares e utilização do tempo de forma equilibrada.

Por sua vez, naquele país, a felicidade passou a constituir uma política pública de grande importância para a sociedade. Dessa forma, instituiu-se uma Comissão com atribuições de uma agência de Planejamento Central do Governo, com o objetivo de identificar e recomendar prioridades, alocar recursos, estabelecer foco, coordenar, monitorar e avaliar as políticas bem como os programas associados ao Índice da Felicidade.

Assim, para o governo Butânes, a FIB (Felicidade Interna Bruta) constitui uma forma mais realista de medir o progresso do país, porque garante o alinhamento entre o que o indivíduo aspira como desenvolvimento e o que o Governo faz em nome do desenvolvimento.

Butão e seu Índice da Felicidade (FIB) serviram de inspiração para países mais desenvolvidos e para documentos e orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) de forma a chamar a atenção dos gestores públicos para a importância da felicidade em seus países.

No ano de 2012, ao longo de uma reunião com diversos países membros a ONU apresentou o FIB (Felicidade Interna Bruta) como o seu mais novo índice, que nasceu com

o propósito de complementar as medidas tradicionais como o PIB (Produto Interno Bruto), comumente utilizado para mensurar o desenvolvimento de uma nação. Na oportunidade, instituiu o dia 20 de março como o Dia Mundial da Felicidade.

Para a ONU, o cálculo da "riqueza" deve considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade da vida das pessoas, por exemplo.

Conforme o último Relatório Mundial sobre a Felicidade (2021), a Finlândia é o país mais feliz do mundo, seguida pela Islândia, Dinamarca, Suíça, Holanda, Suécia, Alemanha, Noruega, Nova Zelândia e Áustria. Enquanto o Sudão do Sul, República Centro Africana, Afeganistão, Tanzânia, Ruanda, Iêmen, Malaui, Síria, Botsuana e Haiti aparecem como os países que têm populações mais infelizes. O Brasil perdeu 12 posições durante a pandemia, ocupando a 41ª posição de acordo com o último relatório.

Como mensagem final defendemos que a felicidade a ser mensura pelo FIB deve servir de norte para discussões a fim de sensibilizar líderes políticos para a criação de políticas públicas que atuem em favor desse propósito, com foco em áreas como o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Publicado em: 18.06.22. Disponível em: https://portalunico.com/economia-da-felicidade-e-a-fib/

INFRAESTRUTURA É ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Sabemos que uma infraestrutura adequada é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de uma região ou mesmo de um país, pois favorece um melhor ambiente de negócios, intensifica a atração de investimentos, contribui para ampliar a competitividade das empresas e fortalece a geração de emprego e renda.

Entende-se como infraestrutura o conjunto de serviços fundamentais, com destaque para: saneamento, transporte, energia e telecomunicações. Ressaltamos ainda que, uma rede de transportes adequada, disponibilidade de energia elétrica e banda larga livre de oscilações e interrupções a custos competitivos constituem insumos essenciais para alcançar indicadores de desenvolvimento.

Em meio a estes desafios busca-se uma economia mais produtiva e inovadora com foco no enfrentamento de dois gargalos: superar as deficiências que comprometem a produtividade (má qualidade da educação e o alto valor de tributos) e identificar alternativas para o desenvolvimento de competências, focando no aumento da capacidade produtiva e no incentivo à inovação.

Um país com dimensões continentais como o Brasil necessita de políticas infraestruturais regionais dada as peculiaridades de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras.

Na região amazônica, por exemplo, muitas são as demandas e grandiosos são os desafios. Em relação à Amazonia, cabe a nós uma indagação: como podemos superar os desafios infraestruturais da Amazônia e contribuir para melhorar os indicadores de desenvolvimento?

Dada as particularidades regionais, precisamos de investimentos em infraestrutura que fortaleçam o compromisso com a biodiversidade, o respeito aos povos da floresta, projetos que reduzam os impactos negativos sobre o clima e a biodiversidade, melhorem as condições de vida das populações locais e que estejam alinhados a um novo modelo de desenvolvimento regional endógeno que fomente a geração de emprego e renda de forma sustentável ao mesmo tempo em que atendam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Necessitamos de investimentos que contribuam de forma efetiva para a economia regional, reduzindo os impactos negativos sobre o meio ambiente, fomente as cadeias produtivas regionais, valorize os produtos da floresta sem destruí-la e que gere benefícios para as populações tradicionais ao invés de impactá-las ou extingui-las.

A Amazônia e a quase totalidades dos seus municípios necessita de infraestrutura direcionada para: a gestão de resíduos sólidos, o saneamento básico, o acesso à saúde, a universalização da energia elétrica, a educação, a melhoria nos transportes e uma internet de qualidade.

Reforçamos também a necessidade de investimentos em sustentabilidade, em especial ao acesso à tecnologia para trazer o desenvolvimento econômico regional e evitar questões como o extrativismo.

Outro ponto relevante que merece ser salientado é a parceria público-privada, aliando planejamento do setor público à eficiência do setor privado na concessão do bem público para a prestação da infraestrutura, que reflete em maior eficiência e desenvolvimento da economia local.

A participação social se faz imprescindível em todas as fases dos projetos e esses devem incluir no total dos custos os componentes sociais e ambientais. As definições e decisões devem passar, necessariamente, por ouvir as populações locais, protagonistas e verdadeiros interessados, que podem indicar os caminhos da infraestrutura necessária e mais efetiva para a região e suas populações rurais e urbanas.

Por fim, precisamos construir uma nova economia regional (endógena) "economia da floresta" de uma forma colaborativa, que beneficie a todos e contribua para reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas regionais.

Publicado em: 23.06.22. Disponível em: https://portalunico.com/a-infraestrutura-essencial-para-o-desenvolvimento-da-amazonia/

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS JOVENS

No Brasil, a relação dos jovens com as finanças é considerada crítica e preocupante. Segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), 46% dos brasileiros com idade entre 25 e 29 anos têm dívidas em atraso e estão inadimplentes. Entre os com idade entre 18 e 24 anos, a proporção é de 19%. Juntos, esses grupos representam 12,5 milhões de jovens brasileiros que começam a vida adulta endividados (dados de 2021).

Em relação ao controle de gastos ou educação financeira, apenas 25% dos jovens afirmam que procuram fazer o seu planejamento financeiro em comparação aos 75% dos jovens da chamada Geração Z, que tem entre 18 a 25 anos, que afirmam não realizarem o controle de seus gastos.

Se questionados acerca das prováveis causas para não realizarem o planejamento financeiro, temos: para 19% justificam não saber realizar o controle, 18% afirmam ter preguiça para fazer, 18% apontam como causa a falta de hábito ou indisciplina e 16% justificam a falta de controle financeiro por não terem rendimentos.

O endividamento no início da vida adulta acarreta inúmeros prejuízos. E levando-se em consideração o perfil deste jovem: tem pouca responsabilidade financeira e residem na casa dos pais ou familiares o seu descontrole financeiro pode provocar um comprometimento também na renda familiar.

De acordo com uma pesquisa realizada com os mais influentes coachings de educação financeira do país, entre as principais causas para o elevado número de inadimplência ou descontrole financeiro entre os jovens brasileiros está “a falta de educação financeira na infância”.

Para um jovem que não teve acesso à educação financeira as novas responsabilidades oriundas da primeira experiência profissional, como por exemplo, o recebimento do primeiro salário e o primeiro cartão de crédito, torna-o extremamente vulnerável a cair no mau endividamento.

Dois outros pontos que merecem destaque são: a necessidade e a importância de se questionar o custo do crédito através das compras parceladas e ficar atento às enxurradas de propagandas que chegam através da mídia e das redes sociais.

Nessa idade, também existe a necessidade de inclusão, que faz com que eles percam o controle. Entretanto, na maioria das vezes, agir de forma impulsiva não parte da sua vontade consciente, é a forma que seu cérebro funciona. E vamos combinar que estes jovens vivem num ecossistema de descobertas e de estímulos.

Outros pontos que merecem destaques são: o imediatismo para adquirir um

produto ou serviço, a dependência do crédito parcelado bem como a necessidade de consumir produtos exclusivos. Tudo isso contribui para o descontrole financeiro e para o endividamento destes jovens consumidores.

Como complemento a esta reflexão, deixo algumas dicas:

Faça uma lista de gastos: anote tudo num caderno, faça controle numa planilha ou faça o uso de aplicativos já disponíveis no mercado. Organize por categorias: alimentação, transporte, vestuário, lazer, estudos, outros;

Defina algumas metas: a partir do momento em que você sabe como está a sua situação financeira, já tem condições de planejar o cenário para o futuro. Comece definindo metas de corte de despesas no curto prazo. Posteriormente, estabeleça um objetivo de poupança que seja possível cumprir nos próximos meses e anos;

Invista no seu crescimento profissional: investir na carreira deve ser uma prioridade, principalmente, apostar em educação e capacitação. Identifique cursos e formações que estejam dentro do seu orçamento para aumentar as suas chances no mercado;

Reveja hábitos de consumo: identifique quais custos podem ser revistos ou substituídos para que possam se adequar ao seu orçamento.

Poupe e invista: é importante que a educação financeira contribua para que no final do mês após o pagamento de todas as suas contas e despesas pessoais sobre um valor para reserva de emergência ou para investimento com foco em ganhos futuros.

Por fim, além da necessidade de educação financeira na primeira infância é imprescindível a parceria entre a família e a escola para que o hábito possa fazer parte da vida destes jovens consumidores. E não esqueça: o consumo não planejado sempre acarreta consequências futuras.

Publicado em: 29.06.22 Disponível em: https://portalunico.com/a-educacao-financeira-e-os-jovens/

FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE

Os superlativos atrelados à riqueza da biodiversidade amazônica em hipótese alguma podem sem usados para qualquer outra região do planeta. A Amazônia constitui um ecossistema único constituído pela floresta tropical úmida (44% do global), está situada em aproximadamente 40% do território da América do Sul e localizada em nove países.

Cabe à bacia amazônica a prerrogativa de gerar entre 16% e 20% da água doce do planeta, responder por 25% da biodiversidade terrestre, ser responsável pelo maior quantitativo de espécies de peixes em relação a qualquer outro sistema fluvial. É moradia de 6.000 espécies de animais e de pelo menos 60.000 espécies de plantas, mamíferos, répteis, invertebrados, anfíbios, peixes e pássaros. Embora a Amazônia cubra somente 1% da superfície do planeta, é o lar de 10% de todas as espécies de vida selvagem que conhecemos.

Apesar da inquestionável riqueza natural, os indicadores que mensuram a vulnerabilidade socioeconômica assemelham-se a indicadores de países africanos.

Em relação aos indicadores regionais, como o Índice de Vulnerabilidade Social regional, mensurado pelo IPEA no ano de 2019, alcançamos uma classificação baixa evoluindo gradativamente nos últimos levantamentos e nas três dimensões avaliadas: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho. Quanto ao indicador de IDHM, no ano de 2019, alcançamos a faixa de classificação de ALTO, também fruto de crescimento gradativo. Melhoramos, mas em relação às demais macrorregiões econômicas do país (Sul, Sudeste) a situação é trágica.

Em relação à pobreza e pobreza extrema, temos que 11,8% da população da região encontra-se em situação de pobreza. Já em relação à pobreza extrema o percentual encontra-se no patamar de variação entre 26,5% a 47,8%, de acordo com o estado.

Em se tratando de Renda Per Capita, a Região Norte apresenta uma Renda Média (per capita) inferior à renda nacional, tanto em relação aos 40% mais pobres bem como em relação aos 10% mais ricos, o que compromete o poder de compra.

Em relação ao Índice de Gini, que mensura a concentração de renda, em função da diferença dos rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos. No caso, para a Região Norte, o Índice de Gini é de 0,6237, muito elevado o que torna a Região Norte do Brasil uma das mais desiguais do país.

Quanto aos números da Fome, de acordo com dados da ONU apresentados no relatório SOFI (2021): 71,6% das famílias residentes na Região Norte do Brasil sofrem com a insegurança alimentar e a fome extrema faz parte do cotidiano de 25,7% das famílias

(muito acima da média nacional).

Recentemente, outro dado passou a ser objeto de análise por parte dos economistas e pesquisadores regionais: na Região Norte do país o número de pessoas dependentes do Auxílio Brasil supera o quantitativo de pessoas empregadas com carteira assinada. Ou seja, temos uma dependência significativa do principal programa de transferência de renda. Ressaltamos ainda que, o número de desempregados é muito elevado e a informalidade constitui um fator preocupante.

Essa população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontram em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em territórios de alta vulnerabilidade social os quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, população com renda per capita inferior a maio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo e um número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam.

A riqueza da biodiversidade Amazônica é inquestionável, mas as condições em que vivem a população nela residente são lamentáveis e carece de um olhar mais sensível. Necessitamos de uma política de desenvolvimento regional bem direcionada e com objetivos claros de forma que possamos alavancar socioeconomicamente a região, que possibilite o seu desenvolvimento endógeno com base nas potencialidades regionais e que contribua para melhorar as condições de vida da população que nela habita.

Olhar, pesquisar, dialogar, apresentar e refletir sobre a Amazônia é investir em seu futuro, é pensar em condições que possibilitem caminhos que possam contribuir para o Economia da Amazônia (Economia da Floresta), e assim, enfrentar os dilemas e desafios que se projetam sobre a região frente à crise do mundo globalizado que ameaçam a biodiversidade, a cultura e os povos da floresta.

Publicado em: 06.07.22 Disponível em: https://portalunico.com/floresta-rica-populacao-pobre-e-vulneravel/

ECONOMIA DA BICICLETA DO BRASIL

O Brasil é o quarto produtor de bicicleta no mundo, com aproximadamente 5 milhões de unidades produzidas por ano. Em 2020, em decorrência da maior emergência sanitária do Século XXI, os números do setor caíram, em um primeiro momento, para, depois, registrarem altas históricas.

A retomada das atividades econômicas em decorrência do avanço da vacinação e do afrouxamento das medidas de isolamento social favoreceram o segmento, ocasionando escassez de peças e acessórios bem como o atraso no fornecimento do produto final acabado ao mercado consumidor.

A Economia da Bicicleta constitui um segmento que fomenta uma cadeia produtiva significativa, que tem o seu início na fabricação, passa para a manutenção, compra, venda e troca de acessórios e serviços em geral. A bicicleta por sua vez, contribui para a fomentar a economia local e durante o período mais crítico da pandemia transformou-se em ferramenta de trabalho para os cicloentregadores.

A Economia da Bicicleta no Brasil representa um complexo econômico sistêmico e de elevada importância para o setor produtivo. E pode ser mensurada por um conjunto de indicadores, dimensões, subdimensões e temáticas, com destaque para: a cadeia produtiva, as políticas públicas, os transportes, as atividades a fins e os benefícios.

Em relação à cadeia produtiva: são 297 unidades fabris, 7.028 empregos diretos, 5.178.356 unidades/ ano produzidas (correspondendo a um faturamento de R$ 728.320.000,00), 40.544.797 peças e acessórios produzidos (correspondendo a um faturamento de R$ 134.006.000,00) (RAIS e PIA/IBGE, 2015).

Em relação à fabricação nacional por região, temos que: a Região Norte é responsável por 21,2% da fabricação nacional, ficando atrás da Região Sudeste que fabrica 38,2% e da Região Sul que participa com 22,1% da produção. É na Regiao Sudeste que se concentra a maior quantidade de unidades fabris (168), maior número de empregos gerados (3.659) e o maior valor das remunerações.

Ainda em relação à cadeia produtiva, a importação supera a exportação, tanto no que tange ao produto acabado como em relação a peças e acessórios.

Em relação à origem dos produtos, a China é o nosso principal fornecedor, seguido por: Taiwan, Camboja e Portugal. As exportações brasileiras têm como destino os nossos vizinhos: Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

Quando analisamos a Economia da Bicicleta com foco nas Políticas Públicas, temos uma análise com base em: infraestrutura de circulação, infraestrutura de estacionamento e

bicicletas compartilhadas.

Em relação à infraestrutura, estima-se que seja necessário um montante de investimento no valor de R$ 1.200.695.380 para a implantação de malha cicloviária nas capitais brasileiras.

Ainda em relação à malha cicloviária, atualmente, dispomos de 3 mil km de extensão de ciclovias e ciclofaixas implantadas nas capitais brasileiras, com destaque para São Paulo e Brasília.

Em relação ao compartilhamento, 13 capitais brasileiras possuem sistema público de bicicleta compartilhada, totalizando 906 estações com 7.861 bicicletas disponíveis (com destaque para o Rio de Janeiro).

A Economia da Bicicleta tem a sua expressividade quando analisamos a sua importância para a ciclologística, seja para o uso pessoal, cicloativismo, cicloturismo ou mesmo em relação ao cicloempreendedorismo.

Em relação ao cicloempreendedorismo (ou negócios com pedalada), corresponde à atividade na qual a bicicleta é utilizada como objeto central para práticas empreendedoras, gerando renda e emprego, como por exemplo, uma Bike Café.

Não poderíamos deixar de fora desta reflexão os benefícios do uso da bicicleta para a saúde bem como para o clima e energia. Para a saúde, o foco é a atividade e o bem-estar proporcionado pelo hábito de pedalar.

A bicicleta contribui para reduzir a ansiedade, o estresse, o risco de derrame, a diabetes, o câncer e doenças do coração; ajuda a aumentar a capacidade cardiorrespiratória, a autoestima, o humor e contribui para a qualidade do sono.

Já em relação ao clima e energia, temos que: o hábito de pedalar contribui para que toneladas de monóxido de carbono deixem de ser emitidas o que proporciona melhoria da qualidade do ar nos grandes centros urbanos e impacta direta e indiretamente na qualidade de vida dos seus habitantes.

A mobilidade urbana também se beneficia com uso de bicicletas e os ciclistas além de apreciarem mais as cidades, seu uso contribui para a redução dos indicadores de obesidade que seguem altos em todas as regiões pesquisadas.

Em relação à obesidade, Manaus ficou no top do ranking entre as capitais brasileiras com o maior percentual de adultos acima do peso. A capital do Amazonas, tem 23,4% da população adulta bem acima do peso (Vigitel, 2021).

Precisamos olhar para a “magrela” com os olhos do futuro. E quem puder que vá de bike! A saúde, a economia e o planeta agradecem.

Publicado em: 14.07.22. Disponível em: https://portalunico.com/economia-da-bicicleta-do-brasil/

ORGANIZAÇÕES HÍBRIDAS OU SETOR 2.5

A emergência sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19 antecipou mudanças que segundo especialistas iriam ocorrer daqui a alguns anos e contribuiu para fortalecer as organizações híbridas.

Com o avanço da vacinação e o retorno gradual das atividades a tendência é que o modelo de trabalho híbrido continue ao longo dos próximos anos já com acertos e ajustes ocasionados pela pandemia e com o desafio de assegurar a produtividade neste novo cenário.

Mas você sabe o que são organizações híbridas ou o setor 2.5? As organizações híbridas ou setor 2.5, constituem num vasto mundo de modelos de negócios que emergem a partir de outros dois setores: empresas puramente comerciais (segundo setor) e as organizações não-governamentais (terceiro setor).

Tratam-se de negócios que reconhecem oportunidades de geração de lucro e criação de valor compartilhado para atender às demandas sustentáveis em novos modelos, produtos e serviços. Exemplos destas organizações: Empresas sociais, Negócios de impacto, Empresas B, Cooperativas, Associações, Negócios solidários e ONG’s com receita.

Alguns especialistas adotaram o termo para designar a união entre características do segundo setor, de empresas privadas, que tem como foco a geração de lucro, e do terceiro setor, de organizações sem fins lucrativos, que por sua vez, tem como foco a geração de impacto socioambiental positivo. Este modelo híbrido é um segmento emergente e inovador da economia, e veio pra ficar.

Outra característica é que estas organizações usam a tecnologia para que seus colaboradores possam realizar o trabalho de onde quer que eles estejam. Nesse cenário, as empresas híbridas são formadas pelo modelo de trabalho que mescla atuação presencial e remota.

Em relação ao regime de trabalho de forma remota, este pode acontecer no formato home office ou anywhere office. No caso deste último, se dá em ambientes como coworkings, cafeterias e outros locais que oferecem uma estrutura mínima.

As organizações híbridas são baseadas em ideias de que uma empresa pode mudar o mundo. O que faz com que os maiores desafios sejam superados pelo compromisso de gerar impacto social positivo e fazer a diferença na sociedade. Uma vez que, constitui um modelo de negócio solidário com foco na sociedade que encontra-se na base da pirâmide social e econômica.

Atualmente no Brasil, o setor sinaliza que está se estruturando rapidamente com cada vez mais empreendedores interessados em tomar parte neste ambiente.

Por conseguinte, este segmento tem atraído cada vez mais aceleradoras de negócios com o compromisso de ajudar e desenvolver empreendimento com foco no impacto positivo.

Para tanto, temos observado o aumento substancial de recursos financeiros disponíveis para alicerçar tais empreendimentos. Uma vez que, a cada dia que passa fica mais evidente que se faz necessário aliar lucro econômico e impacto social de forma séria e comprometida.

Ademais, neste tipo de empreendimento persegue-se constantemente a transparência nas ações da empresa e busca-se aliar técnicas avançadas de gestão, desenvolvimento de inovações com foco no aumento da produtividade e incentivar e valorizar a criatividade e soluções trazidas pelos colaboradores: as boas ideias são valorizadas e são bem-vindas.

E quais seriam os principais desafios para este modelo no mundo pós-pandemia? Identificamos alguns: estabelecer um modelo mais consistente e melhor planejado, adaptando o “novo normal” bem como as novas expectativas da mão-de-obra no pós-pandemia, garantir o engajamento das equipes, incentivar a vacinação e os cuidados com a saúde de todos, garantir a produtividade, possibilitar que o trabalho possa ser desenvolvido em qualquer espaço com o auxílio da ferramentas e os recursos tecnológicos sempre com foco nos resultados.

O que vale para todas as organizações hibridas é ter um plano de comunicação bem direcionado para que no final possamos identificar impactos positivos para a empresa, seus colaboradores, familiares e demais *stakeholders*.

O mundo mudou, as organizações também mudaram e se esforçam para se adaptarem a estas mudanças uma vez que precisam se preparar para os próximos desafios.

Publicado em: 20.07.22. Disponível em: https://portalunico.com/organizacoes-hibridas-ou-setor-2-5/

A ECONOMIA COMPARTILHADA É SUSTENTÁVEL?

Já estamos a algum tempo percebemos que a opção pelo uso e da experiência atende com mais precisão as necessidades da geração atual em relação aos anseios da geração passada, que buscava a todo custo adquirir e acumular bens. A geração anterior ascendia economicamente com o intuito de se tornar “dono” ou “dona” dos bens.

A mudança de comportamento da geração atual favoreceu o crescimento da Economia Compartilhada. E você já ouviu falar em Economia Compartilhada? Sabe o que isso significa? Já teve alguma experiência de compartilhamento?

Economia Compartilhada de uma forma geral, consiste num modelo “ponto a ponto” facilitado pelo uso da tecnologia de forma a favorecer o compartilhamento de bens subutilizados bem como de serviços por meio de um intermediário. Todo esse processo ocorre de uma forma bem distante da transferência de propriedade.

A Economia Compartilhada também pode ser definida como um sistema socioeconômico que favorece o tão almejado modelo de uso racional de recursos, possibilitando uma maior acessibilidade dos ativos, redução significativa dos custos, novos padrões de escala e alteração no consumo.

Este badalado modelo econômico baseia-se nos seguintes pilares: a busca pela socialização, senso de comunidade e de solidariedade, faz uso inteligente da tecnologia e das inovações, amplia a consciência ambiental e estimula os ganhos financeiros.

A Economia Compartilhada pode ser observada tanto em categorias de sistemas de compartilhamento de produtos (mercado livre) quanto nos serviços (UBER). Acrescento a estas categorias os financiamentos coletivos de projetos de investimento.

Uma característica presente também na Economia Compartilhada é o que conhecemos como “estilo de vida colaborativa”. Nesta categoria, não temos a presença de dinheiro, cartão de crédito ou outros meios de pagamento. Prevalece o que conhecemos como escambo (troca), mas nesse caso o escambo é on-line e ocorre por meio de aplicativos.

Na prática, esta nova modalidade de negócio tem funcionado bastante e refletem mudanças no padrão de consumo, fazendo com que os consumidores valorizem cada vez menos a posse de coisas e cada vez mais a experiência na utilização de produtos e serviços.

Entre as premissas desta nova economia do compartilhamento, destacamos: massa crítica, capacidade ociosa, crença no bem comum e a confiança entre estranhos. Me parece que esta última premissa seja a mais difícil de ser superada pois tira muitos consumidores da zona de conforto.

Como vimos, a Economia Compartilhada favoreceu uma nova modalidade de consumo, contribuindo para facilitar o acesso de consumidores a bens e serviços, mas pouco se discute acerca do impacto desta nova economia sobre a sustentabilidade? Ou se questiona se este novo modelo contribuiu para fortalecer o capitalismo desenfreado? Ou mesmo se questiona como fica a mensuração acerca da Pegada Ecológica?

Para efeito de conhecimento, a Pegada Ecológica constitui numa metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta (WWF Brasil).

Na concepção da Economia Compartilhada, os mercados secundários deveriam reduzir a demanda por novos bens dando novas opções de uso para os bens ociosos, como consequência ocorreria a redução das pegadas.

Na prática, não foi bem assim que ocorreu. Uma vez que, muitos usuários trocaram o transporte de massa (metrô, ônibus) e de baixo impacto (bicicleta) por Uber e a população passou a se deslocar mais através do transporte aéreo. Acerca do transporte aéreo, voce já pensou no impacto de uma viagem de avião sobre o meio ambiente? O impacto causado pela queima do querosene de aviação? Se estamos viajando mais, a nossa Pegada Ecológica tende a ser maior.

Então, diante deste novo mercado de infinitas oportunidades de consumo e novas experiências, proporcionado pela Economia Compartilhada, vale a nossa reflexão acerca de que podemos afirmar com toda certeza que este novo modelo econômico é de fato pautado no consumo sustentável? Sobre esta questão, deixo a minha reflexão!

Publicado em: 28.07.22 Disponível em: https://portalunico.com/a-economia-compartilhada-e-sustentavel/

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária tão presente nas discussões sociais e econômicas ganhou ainda mais relevância durante a pandemia de Covid-19, mas você sabe o que é Economia Solidária? A Economia Solidária constitui num movimento que inicia na produção, passa pelo consumo e tem como objetivo a distribuição de riqueza bem como a valorização do capital humano. Ex: cooperativas de reciclagem, grupos de agricultura familiar, empresas cooperativas de crédito, coletivos ecológicos, pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos, associação, cooperativa, grupo informal e sociedade mercantil.

Ao propor a discussão acerca da Economia Solidária em hipótese alguma podemos deixar de nos debruçar sobre o trabalho de Paul Singer, o pai da Economia Solidária no Brasil.

Singer, apresenta o conceito de Economia Solidária como modelo de produção, cujo resultado natural de sua forma associativa é a solidariedade e a igualdade, prevalecendo o modo de produção baseado na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (2002).

Na década de 1980, a Economia Solidária tinha como principal objetivo o combate à fome, a miséria e o desemprego que assolavam a “década perdida”. Posteriormente, este novo modelo passou a ser um grande fomentador de inclusão social e de empreendimentos que contribuem para o desenvolvimento local endógeno.

No Brasil, a saber, as primeiras políticas públicas pautadas na Economia Solidária surgiram em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº 4.764).

O impacto deste novo modelo econômico é gigantesco e contribui para gerar renda a mais de dois milhões de pessoas. De acordo com o último mapeamento realizado, temos atualmente no Brasil cerca de trinta mil empreendimentos solidários que abrangem os mais variados setores econômicos.

A Economia Solidária é pautada nos princípios da autogestão, da democracia, da solidariedade, da cooperação, do respeito à natureza, da valorização do capital humano, do comércio justo e do consumo solidário e baseia-se na articulação de três tipos de economia: a economia mercantil, a economia não mercantil e a economia não monetária.

A Economia Solidária possibilita a inclusão social através de uma corrente que atende todos os elos da cadeia produtiva integrando quem produz, quem vende, quem troca e quem compra.

Os empreendimentos solidários são relevantes para o combate ao desemprego e desigualdade social e contribuem para gerar emprego e renda de forma digna e justa para a população mais vulnerável sempre pautados na solidariedade e no trabalho colaborativo.

Para efeito de registro, dada a relevância deste novo modelo econômico, instituiu-se o dia 15 de dezembro como o Dia da Economia Solidária.

Ao longo do período mais crítico da pandemia a Economia Solidária através das redes de solidariedade foram de elevada relevância para as populações mais vulneráveis que sentiram de forma mais intensa os efeitos do agravamento social e econômico e da queda ou perda de renda.

Num país com elevados indicadores de vulnerabilidade social e econômica e com milhões de trabalhadores desempregados e sem oportunidade de reingressar no competitivo mercado de trabalho a Economia Solidária surge como uma alternativa ao modelo vigente.

Por fim, para que os empreendimentos baseados no princípio da solidariedade possam continuar contribuindo para a geração de emprego e renda para a população da base da pirâmide econômica precisamos de ajustes pautados no fortalecimento da política pública nacional bem como a ampliação de investimentos públicos através das parcerias entre o governo federal, estaduais, prefeituras e sociedade civil.

Publicado em: 04.08.22. Disponível em: https://portalunico.com/economia-solidaria/

PEGADA ECOLÓGICA

Acredito que boa parte da população ainda não esteja familiarizada com o termo "Pegada Ecológica" ou mesmo já tenha ouvido falar sobre este assunto.

O termo "Pegada Ecológica" surgiu na década de 1990 com o lançamento de um livro de autoria de William Rees e Mathis Wackernagel, que trouxe à tona a importância da sustentabilidade.

A proposta dos autores foi de discutir e mensurar a marca (pegada) que deixamos no planeta com base no sustento no nosso estilo de vida e nas nossas escolhas.

Define-se a "pegada ecológica" como um método que avalia os padrões de consumo de um indivíduo, cidade ou país, levando-se em consideração a capacidade ecológica do planeta. Com base no resultado, é possível perceber se o nosso planeta tem capacidade de suportar ou não o impacto do nosso consumo.

De acordo com a WWF, a pegada ecológica constitui uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão dos nossos hábitos sobre os recursos naturais e permite comparar diferentes padrões de consumo e mensurar a quantidade de planetas necessários para suprir esta demanda, isso em hectares globais (gha).

A "Pegada Ecológica" é calculada tendo como base os diferentes e mais variados territórios produtivos do planeta, as formas de consumo, as tecnologias utilizadas, o quantitativo populacional, entre outros dados relevantes.

Nosso estilo de vida, nossos hábitos de consumo, a forma como nos alimentamos, nos deslocamos, a origem dos nossos produtos, como fazemos uso da energia, o nosso consumo de água, os resíduos que geramos, reaproveitar e reciclar os produtos, tudo isso influencia no impacto da nossa pegada ecológica.

A estes dados, somam-se, então, as áreas destinadas para fornecer os recursos naturais necessários, as áreas construídas e os locais destinados para absorver os poluentes gerados pelas ações humanas. Com todos estes dados disponíveis, é possível converter o consumo em áreas e a quantidade de área para absorver os resíduos gerados.

Quanto mais industrializada uma região, maior a pegada ecológica, pois os seus habitantes necessitam de produtos que vão além do consumo daquela região, adquirindo recursos de várias partes do planeta.

Na contramão das regiões industrializadas, as comunidades tradicionais e sustentáveis apresentam uma menor pegada ecológica pois dependem de menos produtos de outras regiões.

Engana-se quem pensa que o cálculo da pegada ecológica funciona como uma predição para o futuro, mesmo assim tal cálculo não deve ser desprezado pois contribui para criar medidas para garantir que nossas necessidades não excedam a capacidade ecossistêmica.

Ou seja, a mudança de pequenos hábitos influência direta e indiretamente o nosso impacto sobre os recursos naturais disponíveis no nosso planeta.

Outro ponto que merece destaque é a tempo necessário para que o planeta consiga se regenerar recuperando o recurso utilizado.

Para tanto, a WWF instituiu um movimento anti-aquecimento global iniciado em 2007, conhecido como a hora do planeta (Earth Hour) que convoca o mundo a apagar as luzes por uma hora (20:30 h às 21:30 h) em prol do planeta. No ano de 2022, a hora do planeta ocorreu no dia 26 de março. Toda essa discussão nos faz lembra de outro evento importante, o dia da sobrecarga da terra.

O dia da sobrecarga da terra, constitui na data em que a utilização de recursos naturais pela humanidade ultrapassa a capacidade do planeta de regeneração. Ressaltamos que este o dia da sobrecarga da terra vem ocorrendo cada ano mais cedo.

No ano 2000, ocorreu no dia 22 de setembro e, assim, foi se acelerando ao longo da década. Em 2019, 26 de julho. Por conta da pandemia, em 2020, o uso dos recursos retrocedeu e o dia foi 22 de agosto. No entanto, com a retomada das atividades econômicas, a data voltou a avançar e, em 2021, foi 29 de julho. No ano de 2022, o dia ocorreu em 28 de julho.

Com base nesta discussão de elevado grau de importância eu convido você a acessar o site da WWF Brasil e fazer o cálculo da sua pegada ecológica. Após o resultado, faça uma reflexão e tome as decisões mais adequadas para reduzir a sua marca (pegada) deixada pelos seus hábitos de consumo e suas escolhas.

Publicado em: 12.08.22. Disponível em: https://portalunico.com/pegada-ecologica/

BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDA SOCIAL

A primeira moeda social brasileira "Palmas" foi criada no ano 1998, após a inauguração do Banco Palmas. Ressaltamos que o Banco foi idealizado como uma ferramenta popular de financiamento sob os princípios e valores da Economia Solidária.

Atualmente, o Brasil dispõe de mais de 150 moedas sociais em circulação atuando de forma a intensificar a economia local através do consumo uma vez que a renda passa a circular na própria comunidade.

As moedas sociais bem como os Bancos Comunitários responsáveis por emitirem as moedas são os grandes agentes transformadores sociais e econômicos pois possibilitam pequenos financiamentos, que não são objeto de interesse de renomadas instituições bancárias.

A área escolhida para a implantação dos Bancos Comunitários bem como para a circulação da moeda social deve ser estratégica visto atender a um público específico que necessita de emprego e renda. Por esse motivo, tais iniciativas incidem em regiões com elevado grau de vulnerabilidade social e econômica.

Como vimos, a iniciativa de criação da primeira moeda social brasileira (Palmas) não é recente, mas foi a partir do ano de 2015 que o fenômeno ganhou escalabilidade. Foi juntamente em 2015, que o Banco Central, através da lei. N. 12.865 e regulamentada pela lei N. 4282, estabelecendo as diretrizes que devem ser observadas na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Foi também no ano de 2015 que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, criou a plataforma digital E-dinheiro, que constitui uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), o qual desempenha função de uma *fintech*. Dessa forma, as moedas digitais além de existirem em formato de cartão físico, também passaram a ser encontradas no formato digitais.

Com esse processo de virtualização, os bancos comunitários passaram a funcionar como um arranjo de pagamento pré-pago de propósito limitado, podendo oferecer serviços como poupança, aplicações financeiras, conta corrente, pagamentos e empréstimos.

Entre as mais relevantes bandeiras de luta dos Bancos Comunitários e suas Moedas Sociais estão a inclusão bancária e financeira, a democratização do crédito, acesso à financiamento e a distribuição da riqueza nos municípios e localidades onde encontram-se instaladas.

Além disso, apesar de serem lastreadas em reais, as moedas sociais não são

emitidas pela Casa da Moeda, mas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)

Ressaltamos que as moedas sociais circulam apenas em um determinado território e tem o poder de impulsionar a produção, riqueza e de fomentar a economia local.

No Brasil dispomos de dois tipos de banco comunitário: um que nasceu pequeno sendo fruto da união da comunidade e aquele criado através de uma lei municipal, mas o resultado e o impacto positivo sobre a sociedade e a economia local são semelhantes.

Outra função dos Bancos Comunitários bem como das Moedas Sociais é a sua contribuição para o enfrentamento da desigualdade social.

No cenário pós-pandemia inúmeras prefeituras das regiões mais vulneráveis do país, em especial nas regiões norte e Nordeste estão se mobilizando para implementar Bancos Comunitários ou fortalecer os já existentes de forma a restabelecer um cenário econômico de recuperação e geração de emprego e renda em comunidades vulneráveis.

Além disso, a circulação da Moeda Social na comunidade impulsiona pequenos empreendimentos e gera emprego sem a necessidade de grandes deslocamentos. Isso dá vida à economia local e reduz a pressão por programas de transferência de renda.

No ano de 2021, foram R$ 415 milhões de depósitos em moedas sociais na plataforma E-dinheiro, com aproximadamente R$ 262 milhoes em compras nos pequenos empreendimentos comunitários nos mais diversos municípios brasileiros.

Em alguns municípios brasileiros a Moeda Social tem sido implantada por meio de leis e ganham a relevância de uma Política Pública. Após a sua implantação, passa a ser utilizadas para o pagamento de benefícios sociais como renda básica, auxílio emergencial e alimentação, aluguel social e outros.

Num cenário de pós-pandemia onde a desigualdade social, a fome, a pobreza e a pobreza extrema chegaram a números recordes a criação dos Bancos Comunitários e a implementação das Moedas Sociais seguem firmes como ferramentas de transformação social e local.

Publicado em: 19.08.22. Disponível em: https://portalunico.com/bancos-comunitarios-e-moedas-sociais/

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA DA SAÚDE

Nunca se discutiu tanto acerca dos impactos da saúde sobre a economia como neste período pandêmico, mas poucos conhecem a Economia da Saúde.

Na verdade, a Economia da Saúde constitui uma área relativamente nova e que tem como propósito a utilização racional e eficiente dos recursos públicos face o uso de informações econômicas para a tomada de decisão na área da saúde.

Para o Ministério da Saúde, a Economia da Saúde representa uma área prioritária, que tem o objetivo de criar condições para que as ações e serviços de saúde sejam prestadas de forma eficiente, equitativa e com qualidade para melhor acesso da população, atendendo aos princípios da universalidade, igualdade e integralidade da atenção à saúde, estabelecidos constitucionalmente para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A equipe responsável por este desafio deve ser multidisciplinar e interdisciplinar, sendo composta por profissionais da área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, cirurgiões dentistas, nutricionistas, farmacêuticos) e da gestão (administrador, economista, contador, estatístico).

A relevância da Economia da Saúde decorre de três variáveis principais: mudanças demográficas, aumento da expetativa de vida e a disponibilização de novas tecnologias.

Em relação às mudanças demográficas, temos um movimento mundial de concentração populacional nos grandes centros urbanos com o agravante de envelhecimento populacional e uma população com baixo poder aquisitivo no final da vida, visto a perda de renda e a dependência de ganhos de aposentadorias.

A variável seguinte, o aumento da expectativa de vida é superpositiva, mas exige muito mais do sistema de saúde e provoca prolongamento nos tratamentos de saúde o que impacta diretamente sobre o sistema.

A terceira variável aqui pontuada, o acesso às novas tecnologias, tem caráter positivo frente às duas anteriores, visto que, possibilita a conexão entre médicos, pacientes e o uso de tecnologias progressivas e inovadoras, que facilitam os tratamentos e possibilitam resultados positivos em tempo hábil.

O Sistema Único de Saúde - SUS, carrega consigo o reconhecimento de ser considerado um dos maiores e mais importante sistemas de saúde pública do mundo.

O SUS é extremamente relevante, mas apresenta falhas no que tange à demora na prestação de serviço, insuficiência de leitos, falta de profissionais de saúde, dificuldades de abastecimento de medicamentos, de insumos, corrupção e ineficiência na gestão pública.

Tal realidade cotidianamente observada no SUS ganhou luz em meio à pandemia de Covid-19 e fizeram com que o Brasil bem como o Amazonas se tornassem referência negativa na prestação de serviço de saúde pública, um problema social e um desafio para os gestores públicos.

No caso do Amazonas, durante as ondas da pandemia, os problemas de infraestrutura (leitos, profissionais de saúde, ambulâncias, abastecimento de insumos e oxigênio) ficaram mais do que evidentes e deveriam ser objetos de atenção dos gestores públicos bem como de fiscalização da sociedade visto a necessidade de reivindicar políticas públicas direcionadas e eficientes.

Como vimos, a Economia da Saúde apesar de ser uma área nova é de extrema relevância para toda a sociedade. Para o Estado, a sua implementação possibilita a redução e racionalização dos gastos públicos no setor e investimentos em outros setores como: educação, transporte público, e infraestrutura urbana.

Por fim, vale ressaltar que os recursos para a área da saúde não são insuficientes, mas o que deve realmente ser levando em consideração é uma gestão mais eficiente destes recursos de forma a beneficiar um número maior de pessoas com foco na prevenção e na eficiência dos tratamentos.

Cabe à sociedade o acompanhamento bem como a fiscalização dos investimentos dos recursos disponíveis bem como a participação na tomada de decisão com foco no desenvolvimento social e bem-estar coletivo.

Publicado em: 25.08.22. Disponível em: https://portalunico.com/a-importancia-da-economia-da-saude/

FINANÇAS VERDES

Mediante um cenário de constantes desafios e de desorganização econômica mundial causada pela Pandemia de Covid-19 e pelo conflito no Leste Europeu as principais economias emergentes buscam alternativas para avançar na ampliação de sua infraestrutura produtiva e melhorar a logística de distribuição de seus produtos e serviços.

A necessidade de implementação desta infraestrutura produtiva e melhoramento logístico constitui uma janela de oportunidade para a inovação financeira e para a as finanças verdes.

Podemos definir Finanças Verdes como sendo qualquer atividade estruturada entre produtos ou serviços que tenham como garantia o desenvolvimento sustentável ou possibilitem o financiamento para uma transição com foco na Economia Verde.

Tais atividades incluem empréstimos, mecanismos de divisa e investimentos direcionados para incentivar o desenvolvimento de projetos ecologicamente corretos ou mitigar o impacto de projetos convencionais sobre o clima. Ou mesmo uma combinação de ambos.

Analisando os mais relevantes estudos sobre o assunto já publicados, temos a percepção de que o Brasil apresenta as peculiaridades para liderar o ranking no que tange a ser o maior mercado de finanças verdes da América Latina, com forte tendência de crescimento e com quase US$ 6 bilhões de debêntures verdes emitidas desde 2016 (volume ainda irrelevante em relação ao total de emissões globais).

Os produtos ligados às Finanças Verdes podem ser divididos em três categorias: serviços de investimentos, produtos bancários e de seguros. E como principais instrumentos, destacamos: instrumentos de dívida baseados em uso de recursos, instrumentos de dívida por desempenho e mercado de crédito: créditos de carbono.

Qual a importância das finanças verdes para o desenvolvimento das economias? Nesse novo e desafiador cenário as Finanças Verdes apresentam-se com um papel relevante na estabilidade financeira ao contribuir para o equilíbrio da economia real.

Ademais, fomentam a canalização de recursos para projetos de desenvolvimento social, ambiental e de governança amenizando os riscos de desorganização econômica causadas por mudanças climáticas extremas ou catástrofes ambientais, por exemplo.

Entre os principais desafios do setor estão: a necessidade de definir com clareza a atuação de reguladores em relação às atividades que serão priorizadas bem como os setores que poderão ser mais impactados no futuro.

Soma-se a isso a real participação do setor público e do setor privado neste novo

mercado e dúvida de quem será o direcionador e garantidor do montante necessário para o processo de financiamento da transição assim como o responsável em criar e fiscalizar a atuação dos mecanismos que evitarão a prática de *greenwashin* (“lavagem verde” ou “maquiagem verde”).

Apesar de ser um mercado novo já está mais do que evidente que neste novo cenário de Finanças Verdes não há espaço para empresas que impactam negativamente sobre o meio ambiente e que não valorizem as pessoas.

Por fim, as Finanças Verdes constituem uma tendência mundial e atraem investimentos com o propósito de financiar a transição da velha economia para uma economia mais sustentável, contribui para reduzir os riscos de desestabilização financeira global e tem a potencialidade para contribuir para uma recuperação econômica mundial mais rápida e sustentável no pós-pandemia.

Publicado em: 02.09.22. Disponível em: https://portalunico.com/financas-verdes/

ECONOMIA CRIATIVA

Muitos afirmam que o brasileiro é o povo mais criativo do mundo, mas você já ouviu falar em Economia Criativa? O termo Economia Criativa surgiu em 1994, na Austrália, e é fruto de uma política pública lançada pelo então primeiro-ministro Paul Keating como estímulo ao segmento cultural, chamou de “Creative Nation” (Nação Criativa) e teve um aporte de investimento de US$ 250 milhões.

O relatório enfatizava a importância da cultura para o fortalecimento da identidade nacional e definiu o termo de forma mais ampla pois incluiu o cinema, o rádio, as bibliotecas e muito mais. Na oportunidade, destacou o expressivo potencial econômico da atividade cultural e das artes afirmando que a política cultural é também uma política econômica e que contribui para gerar riqueza.

Segundo a Organização das Nações Unidade (ONU) sobre comércio e desenvolvimento, a Economia Criativa é um conceito em evolução baseado em atrativos criativos que potencialmente geram desenvolvimento e crescimento econômico.

A Economia Criativa congrega um conjunto de negócios em quatro grandes áreas: Consumo: com atividades de publicidade e marketing, arquitetura, design e moda; **Cultura**: com as expressões culturais como artesanato, folclore e gastronomia; **Patrimônio**: como serviços culturais, museologia e produção cultural, música e toda a sua movimentação, artes cênicas com a atuação e direção de espetáculos teatrais e de dança, além de área de mídias como editoração de livros e revistas e de audiovisual e, por fim, na T**ecnologia da Informação e Comunicação**: envolvendo pesquisa e desenvolvimento de games e softwares.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a Economia Criativa constitui um segmento em ascensão no mundo e responde por 7% do PIB mundial com expectativa de crescimento para que se alcance um patamar entre 10% e 20% nos próximos anos. Acerca do faturamento, a Economia Criativa tem o peso de US$ 500 bilhões por ano.

Em julho de 2012, a Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura lançou o Observatório Brasileiro de Economia Criativa, como instância responsável pela produção e difusão de informações quantitativas e qualitativas sobre a área no Brasil. Posteriormente, o OBEC passou a ser um instrumento eficiente e eficaz para mitigar ausência de pesquisas, dados e informações sobre a Economia Criativa, colaborando de forma estratégica para as reflexões sobre o desenvolvimento no país.

O primeiro observatório estadual de Economia Criativa foi o do Amazonas, inaugurado em novembro de 2013 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com os objetivos de

formular, implementar e monitorar políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, apoiando ações criativas de profissionais e de micro e pequenos empreendimentos com ênfase no Estado do Amazonas.

No Brasil, a Economia Criativa foi a que mais gerou empregos durante a pandemia, foram 814 mil novos postos de trabalho no primeiro trimestre de 2021. O acréscimo foi de 7,4 milhões de trabalhadores ocupados, número 12% maior que os 6,5% milhões verificados no primeiro trimestre de 2021 (Itaú Cultural).

No nosso país, o segmento reúne cultura, moda, design, arquitetura, artesanato, comunicação, publicidade, entre outras especialidades profissionais. Ressaltamos ainda que a média salarial dos trabalhadores da Economia Criativa é de R$ 3.916,00 maior que a média dos trabalhadores da economia como um todo.

A atividade no Brasil representa em torno de 2,6% do PIB - percentual ainda muito tímido dada a criatividade do brasileiro e do enorme potencial a ser explorado – a exceção se dá no segmento de tecnologia da informação, comunicação e games, atividades que ganharam maior relevância econômica.

Atualmente, a área de eventos e de espetáculos é a que mais se destaca no que tange à geração de emprego visto a ampla cadeia de fornecimento e contratações que é responsável por uma expressiva mobilização.

Durante o período pandêmico as atividades ligadas à Economia Criativa tiveram o seu primeiro contato com as ferramentas transformadoras do ambiente figital (físico + digital) tais como divulgação de campanhas, arrecadação de fundos e financiamentos coletivos, entre outros, que foram imprescindíveis para o momento crítico da economia em vista do lockdown.

Como foi possível perceber, o Brasil apresenta um elevado potencial no que tange ao amplo mercado da Economia Criativa, mas apesar dos números positivos, os desafios ainda são enormes e estão em vários aspectos, tais como: retenção de capital humano, implementação de modelo de negócios, elevar o volume de investimentos, agregar valor econômico às ideias bem como possibilitar um ecossistema favorável à cultura empreendedora.

Publicado em: 09.09.22. Disponível em: https://portalunico.com/economia-criativa/

MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL

Tratar do tema Mineração é sempre um desafio, para uma parte dos especialistas a mineração sustentável não existe ou é vista como uma utopia. De uma forma geral, a mineração consiste numa atividade essencial para a fabricação de itens indispensáveis aos seres humanos.

No Brasil, a mineração é responsável por cerca de 5% do PIB, seu produto equivale a um quinto de tudo que é exportado pelo país e o setor é responsável por empregar direta e indiretamente, 2,6 milhões de pessoas.

O processo de extração mineral corresponde a 6% da demanda mundial da economia e por 22% das emissões globais. A partir destes dados fica claro que o processo de transporte e processamento são os responsáveis pelo consumo de energia e o quanto o setor ainda depende de combustíveis fosseis para operacionalizar as máquinas utilizadas no processo.

Além da operacionalização temos o refinamento dos metais e o descarte de resíduos que são potencialmente tóxicos que tendem a serem enterrados ou descartados em locais controlados, mas que em caso de acidente causam sérios dados à saúde humana e ao meio ambiente.

Levando-se em consideração que qualquer atividade tende a gerar impacto sobre a economia, sociedade e meio ambiente. Dessa forma vale a reflexão: como podemos ter uma mineração sustentável? Ela é possível?

Define-se Mineração Sustentável como sendo a atividade de exploração dos recursos com equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico com o compromisso com a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e da população ao seu entorno.

Para iniciarmos esta discussão precisamos lembrar que a atividade mineradora é considerada uma das mais danosas para o meio ambiente e constitui uma fonte de exploração humana sem igual, mas também é capaz de contribuir para o desenvolvimento de uma nação.

E já existem iniciativas ao redor do mundo (especialmente de startups) que buscam tornar-se esse setor mais sustentável no longo prazo.

As startups de exploração mineral estão estudando formas de utilizar a ciência de dados bem como a inteligência artificial para procurar depósitos de metais o que contribuiria para reduzir o impacto na busca por minerais, além de otimizar o processo e facilitar a busca por minérios de alta qualidade.

A presença das startups de exploração mineral também não seguem em consenso entre os ambientalistas os quais afirmam que a atividade reforça o "racismo ambiental" visto que as empresas exploradoras são originárias de países desenvolvidos ou as tecnologias de ponta passam a ser desenvolvidas em países pobres onde a mineração constitui uma atividade econômica muito forte.

Como podemos observar a mineração sustentável na prática? Para garantir que a atividade mineradora possa ser sustentável a empresa deve buscar implementar ações de forma transparente que beneficiem a sociedade e o meio ambiente com proteção e respeito às comunidades locais.

Outro aspecto é a implementação de práticas de proteção ambiental ao longo de toda a cadeia produtiva bem como o reaproveitamento de rejeitos (na construção civil, na indústria química e na agricultura), economia da água fazendo uso de soluções de filtragem inteligente colocando em prática o gerenciamento seguro dos recursos naturais.

O uso de equipamentos de proteção (EPIs), capacitações do capital humano empregado na atividade, manutenção adequada de máquinas e equipamentos, vistorias periódicas nas áreas operacionais, políticas de gestão ambiental com foco na redução do passivo ambiental também constituem práticas de mineração sustentável.

O mais adequado seria uma atividade econômica fundada no tripé da sustentabilidade: social, econômica e ambiental. Para tanto, faz-se importante utilizar a ciência como aliada para decidir os melhores caminhos a serem seguidos e evitar danos ao meio ambiente ou novas tragédias (Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais).

Assim, faz-se imprescindível uma política pública clara e rígida com foco na proteção do meio ambiente e da população que contribua para combater as práticas de trabalho escravo uma vez que a atividade mineradora é danosa e encontra-se sobretudo em países menos desenvolvimento explorados pelos desenvolvidos.

Por fim, não podemos esquecer que a mineração sustentável constitui um compromisso com as gerações futuras.

Publicado em: 15.09.22. Disponível em: https://portalunico.com/mineracao-sustentavel/

EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Quem acompanha a trajetória socioeconômica e educacional do Brasil sabe que em relação à questão social e econômica já presenciamos momentos favoráveis e desfavoráveis, subidas e descidas, prosperidade e decadência, mas em nenhum destes cenários a educação de qualidade foi o foco central das políticas públicas seja à nível federal, estadual ou municipal.

Nosso país pegou uma estrada diferente da trilhada pelos países desenvolvidos como a Finlândia bem como dos atuais emergentes como a Coréia do Sul onde a educação de qualidade constitui o eixo central das políticas públicas nacionais de médio e longo prazo com adoção de metas bem definidas e prazos a serem cumpridos.

Não estamos aqui reivindicando mais investimento em educação em relação ao PIB e sim sua qualidade e aplicabilidade bem como um retorno mensurável do investimento. Isso porque, sem base escolar forte e abrangente nenhum sistema de ensino superior dará resultado satisfatório mesmo em longo prazo.

Ademais, temos um gargalo inegável conhecido como desigualdade regional, fruto de um país desigual e de dimensões continentais, que se divide em regiões economicamente ativas que crescem e se desenvolvem socioeconomicamente e educacionalmente mais que outras (Sudeste e Sul) e regiões que ficaram para trás num patamar muito distante regionalmente tanto em relação às condições oferecidas para os estudantes e para a sociedade bem como se analisarmos os indicadores considerados ideais (Norte e Nordeste).

Já em relação aos indicadores socioeconômicos e educacionais como: IVS, IDHM, Índice de Gini, Concentração de Renda, IDEB, número de matrículas nas escolas, número de docentes, número de estabelecimentos públicos e privados referentes à Região Norte do país sabemos que estes apresentaram avanços positivos com o passar dos anos, mas ainda estão à “anos luz” do ideal e apresentam um abismo em relação aos indicadores das demais regiões brasileiras.

Além disso, não podemos ignorar a importância da educação como fator do desenvolvimento regional com foco na formação e qualificação do capital humano, melhorias de produtividade, oportunidades, ganhos sociais bem como financeiros, que promovam a alavancagem no mercado de trabalho de forma individual e posteriormente coletiva contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico regional e local.

Pesquisa divulgada em 2021 pelo Unicef mostra que o número de crianças e adolescentes sem acesso à educação no Brasil saltou de 1,1 milhão em 2019 para 5,1 milhões em 2020. Desses, 41% têm entre 6 e 10 anos, faixa etária em que ocorre a

alfabetização.

Recentemente, o Ideb publicizou os dados de 2021 e recebemos com enorme preocupação os números que retratam a piora no aprendizado dos estudantes brasileiros como impactos da pandemia decorrentes do prolongado fechamento das unidades de ensino.

Os estudantes dos níveis fundamental e médio no Brasil tiveram uma piora em seu nível de aprendizagem em 2021 no segundo ano, sendo: em língua portuguesa a queda foi de 24 pontos em relação à 2019. Já em relação ao aprendizado em matemática a queda foi de 9 pontos.

Em relação ao quinto ano também do ensino fundamental, as perdas também foram significativas: sendo de 7 pontos em língua portuguesa e de 11 pontos em matemática.

Acerca do nono ano, as perdas foram menores, mas não deixam de causar preocupação, sendo de 2 pontos para a língua portuguesa e de 7 pontos para matemática. Chama a atenção o conhecimento inferior ao mínimo exigido na prova. Em 2019 foram 12% se elevando para 14% em 2021.

A pandemia acentuou ainda mais o já fragilizado sistema educacional e o peso do impacto foi mais acentuado sobre os estudantes em fase inicial de alfabetização constituindo um desafio para todos e que a recuperação desta perda dependerá do esforço de todos e deve ser implementada através de ações concretas e bem direcionadas.

Por fim, cabe a reflexão de que um processo de aprendizado deficiente influencia diretamente na qualificação, no mercado de trabalho e impacta diretamente no crescimento econômico.

Publicado em: 22.09.22. Disponível em: https://portalunico.com/educacao-e-crescimento-economico/

EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO DIGITAL

Quando pensamos em educação em tempos de pandemia é inevitável refletirmos acerca dos impactos negativos causados pelo isolamento social bem como do prolongado tempo em que as escolas permaneceram fechadas.

Durante todo o episódio de isolamento domiciliar do ano de 2020 e subsequentemente no ano de 2021, muitas instituições de ensino restringiram suas atuações e optaram por dar continuidade ao trabalho por meio das plataformas virtuais ou ensino remoto por meio da internet.

Neste mesmo cenário, os "heróis professores" adaptaram o conteúdo escolar para o ambiente digital e os alunos precisavam dispor dos meios físicos (computadores, smartphones, tablets) necessários para acompanhar esses conteúdos, e não apenas isso, era necessário que soubessem manusear os dispositivos e os "caminhos" para acessar as aulas. Durante todo esse período a internet constituiu um grande apoio à educação, trazendo saídas e lançando luz sobre o abismo e a exclusão digital.

Bem no início da pandemia a Organização das Nações Unidas (ONU), fez um alerta global em que chamava a atenção dos gestores públicos de que as populações mais vulneráveis seriam as mais impactadas durante a emergência sanitária, alerta que se concretizou.

Ainda sobre os impactos da pandemia sobre o processo educacional, entre os países que compõem a América Latina, o Brasil foi a segunda nação mais afetada, ficando atrás somente do México. Ao todo, a América Latina acumula 1,5 milhão de jovens que abandonaram os estudos.

Acerca da evasão escolar no Brasil, foram 4 milhões de estudantes brasileiros com idade entre 6 e 34 anos que abandonaram os seus estudos em 2020, sendo: 16,3% do ensino superior, 10,8% do ensino médio e 4,6% do ensino fundamental.

Entre as principais causas para a evasão escolar estão as questões econômicas, sendo que as classes de renda baixa foram as que mais abandonaram a sala de aula: classes A e B, 6,9% e C e D, 10,6%.

Com relação ao acesso à internet e a opção por aulas online, o cenário é de reflexões, pois 47 milhões de pessoas não dispõe de acesso à internet no Brasil (2019). Soma-se a isso que apenas 15% dos estados brasileiros distribuíram dispositivos aos alunos e menos de 10% subsidiaram o acesso dos estudantes à internet. Como consequência, 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso às atividades escolares e não conseguiram estudar em casa durante a pandemia.

Sabemos que nas últimas décadas o Brasil vem apresentando algum progresso em relação ao acesso à educação, mas o nível de escolaridade continua baixo em relação às nações com as mesmas características.

Faz-se imprescindível a implementação de políticas de democratização ao acesso à internet mais eficientes e que tragam resultados positivos. Cabe o alerta de que a desigualdade social favorece a exclusão digital que por sua vez, reforça a desigualdade social. Para tanto, clama-se por uma nova postura e um novo olhar por parte do governo para diminuir o quadro perverso da desigualdade brasileira, que é histórica.

Por fim, temos a consciência de que a exclusão digital está diretamente ligada à vulnerabilidade social e econômica. O Brasil tem condições de superar as desigualdades sociais através de políticas assertivas de inclusão digital que proporcionem melhor distribuição de renda, mas cabe a todos nós, academia, setor público, setor privado, centros de pesquisas, universidades e terceiro setor somarmos esforços para mudar esta realidade e possibilitar melhores oportunidade de acesso ao mercado de trabalho bem como a rendimentos mais elevados.

Publicado em: 29.09.22. Disponível em: https://portalunico.com/educacao-e-exclusao-digital/

EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Em 2021, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26), os dirigentes das economias mais influentes do mundo discutiram a necessidade de ajustes econômicos de forma a direcionar as atividades para cadeias produtivas mais sustentáveis.

Acerca das cadeias produtivas, a forma tradicional segue o modelo linear de produção: produzir, utilizar e descartar com impactos ambientais muitas vezes irreversíveis para o ecossistema.

No modelo econômico linear os produtos atingem o status de “fim de vida útil” e ao serem descartados, viram um problema de difícil solução visto o elevado volume de resíduos descartados que se avolumam em locais superlotados ou descartados de forma irregular impactando sobre o meio ambiente.

É correta a afirmação de que a cadeia produtiva tradicional “linear”, não atende mais aos anseios de uma economia que visa a preservação ambiental frente às questões econômicas “nova sociedade econômica”.

Essa nova sociedade econômica, seu foco tende a ser a implementação de cadeias produtivas sustentáveis com base na economia circular que priorizam a redução, a reutilização e a reciclagem, sendo norteada pelos princípios da Agenda 2030, ODS – 12, consumo e produção sustentáveis.

Ainda em relação à cadeia produtiva sustentável, esta contribui para planejar um novo modelo de sociedade que busca otimizar materiais, energia e resíduos com foco na eficiência de recursos, possibilitando a conversão de resíduos em matérias-primas, prolongando assim, a vida útil de produtos e materiais.

Acerca da Amazônia, as elevadas taxas de desmatamento ilegal na região alertam para a necessidade de se promover tarefas voltadas para o empreendedorismo sustentável de forma a valorizar e incentivar atividades que visem a preservação ambiental e contribuam para reduzir o desmatamento.

Como já foi possível perceber ao longo dos anos existe uma dificuldade enorme para fiscalizar o desmatamento ilegal na Amazônia devido às condições infraestruturais da região bem como a sua dimensão continental.

A preservação da Amazônia só será possível se conseguirmos identificar agendas econômicas sustentáveis que sejam mais viáveis economicamente que as atividades que promovem o desmatamento ilegal.

Só assim o desmatamento será freado e a região poderá galgar o equilíbrio entre a

preservação, a geração de emprego e renda e bem-estar social.

Como isso seria possível? Devemos pautar políticas públicas de valorização do capital humano, das riquezas biológicas e materiais com o propósito de preservar a biodiversidade amazônica e a floresta em pé (economia sustentável).

Acerca da economia sustentável, com foco na floresta em pé, só será viável se resolvermos os gargalos da governança, da vontade política, da cooperação internacional e interestatal e elevarmos os volumes de investimento.

Outra variável que vem ganhando destaque é a economia de baixo carbono que possibilita a redução dos impactos sobre o meio ambiente gerando emprego, renda e desenvolvimento.

O foco da economia de baixo carbono é a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) ampliando a produção e consumo de energias limpas contribuindo para atingir os ganhos de eficiência energética e produtiva.

O incentivo ao empreendedorismo na Amazônia deve ser sustentável com elevação de investimento em inovação e preservação da cultura, conhecimento local e fomento das cadeias produtivas já conhecidas e com maior potencialidade de geração de emprego e renda locais.

Propiciar investimentos em modelos de produção voltados para atender uma cadeia produtiva mais sustentável e preocupados com impactos sociais e ambientais só será possível se tivermos a possibilidade de conectar os atores da cadeia com o mercado e os investidores.

Tal movimento possibilitaria a agregação de valor dos produtos locais e geração de emprego e renda regionais com elevação dos ganhos produtivos desestimulando o desmatamento ilegal.

Promover o empreendedorismo sustentável na Amazônia passa pela necessidade de fortalecer o ecossistema de inovação e incentivar o surgimento de mecanismos de programas impulsionadores do ecossistema como startups, incubadoras e aceleradoras e possibilitaria a competitividade uma vez que criaríamos ambientes indutores para o recebimento de investimento, inclusive estrangeiro.

Por fim, o fomento da cadeia produtiva sustentável com foco no empreendedorismo garantirá que os atores conduzam o processo de forma integrada possibilitando a inclusão social, produtiva, proteção da biodiversidade, redução do desmatamento e a mitigação das mudanças climáticas.

Publicado em: 09.10.22. Disponível em: https://portalunico.com/empreendedorismo-sustentavel-na-amazonia/.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) até 2050 a maior parte da população mundial estará geograficamente concentrada em grandes centros urbanos o que demandará um esforço de todos para preparar estes espaços para o enfrentamento de catástrofes ambientais e futuras pandemias.

A preocupação com as cidades e o bem-estar dos moradores que nela habitam atende ao ODS – 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e faz parte da Nova Agenda Urbana (NAU) apresentada em 2016 na Conferência Habitat-III.

Ademais, a proposta da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana (NAU) tem como base a adaptação dos espaços urbanos com base no tripé da sustentabilidade dando o mesmo peso e importância às dimensões ambiental, social e econômica com foco num modelo de desenvolvimento sustentável.

Todo dia 31 de outubro é celebrado do dia Mundial das Cidades. Uma cidade bem planejada, administrada e financiada pode criar benefícios econômicos, sociais, ambientais e de governança (EESG), melhorando a vida das pessoas, enfrentando os efeitos das mudanças climáticas, reduzindo a pobreza, a desigualdade e o desemprego mundiais.

O desenvolvimento urbano sustentável, guiado para o Desenvolvimento Sustentável e apoiando-se em conceitos como Resiliência Urbana e Adaptação Climática, se espalha em diversas propostas de modelos urbanos, como: Cidades Verdes, Cidades Adaptáveis, Cidades Resilientes, entre outros. Sendo as Cidades Sustentáveis a proposta mais avançada e direta resultante dessa discussão.

Mas o que seria uma Cidade Sustentável? Uma Cidade Sustentável é definida como aquela capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir a desigualdade social e prover a seus habitantes um ambiente construído saudável" (FERREIRA, 2017, p. 09).

Entre os principais desafios a serem enfrentados pelos grandes centros urbanos destacamos: aliar a tecnologia para uma mobilidade urbana mais inclusiva (PCD's) ampliando e diversificando os mais diversos modais, revitalização do centro histórico com ocupações residenciais, melhorar a segurança nas áreas centrais, alternativas para atrair investimentos na área da tecnologia e inovação, planejamento urbano e social com foco no bem-estar da sociedade, incentivo à criatividade, à inovação e ao empreendedorismo, possibilitar acesso à energia elétrica, internet de qualidade, educação, saúde e saneamento básico e melhorar o percentual de reciclagem gerando emprego e renda com base na economia circular e economia verde.

São ações que possibilitam um desenvolvimento mais adequado para as cidades e que assistam a um número maior de indivíduos a serviços básicos, como: saúde, tecnologia, educação, segurança, mobilidade urbana e bem-estar social.

Uma cidade sustentável depende de esforços conjuntos entre governos, ONG's, iniciativa privada e cidadão e sugere aperfeiçoamento constante de soluções para o desenvolvimento sustentável.

Por fim e não menos importante está a necessidade de se ter uma cidade que seja capaz de abrigar moradores e visitante de uma forma digna promovendo a integração destes com os espaços urbanos saudáveis e que promova impactos positivos sobre o bem-estar contribuindo para melhorar a qualidade do ar, a mobilidade, a prevenção de doenças respiratórias bem como a obesidade.

Publicado em: 14.10.22. Disponível em: htps://portalunico.com/cidades-sustentaveis/

ECONOMIA DIGITAL

A Economia Digital faz parte da chamada "Nova Economia" que ganhou proporção com o advento da tecnologia e da internet. Neste novo cenário, processos econômicos bem como inúmeras atividades que antes eram realizadas de forma presencial agora, podem ser facilmente executadas no meio digital, graças em grande parte às possibilidades da tecnologia: pagamentos, compras, assinatura eletrônica, telemedicina etc.

A Economia Digital é seguramente a grande responsável pelo processo de Transformação Digital Global que proporciona agilidade e comodidade dos serviços essenciais do dia a dia possibilitando bem-estar para a economia como um todo.

Na Economia Digital os negócios tendem a serem mais competitivos com possibilidade de fomentar operações mais eficazes o que contribui para a redução do tempo e diminuição ou automação das tarefas rotineiras e enfadonhas.

O peso econômico da Economia Digital é grandioso e foi reforçado pela Pandemia de Covid-19. Estima-se que até 2025 represente 24% do PIB Mundial (Hauwei/Oxford Economics, 2022).

Segundo projeções do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para cada um dólar investido em tecnologias digitais o retorno é de vinte dólares ao PIB Mundial, ou seja, constitui um investimento super lucrativo.

Este novo modelo econômico é pautado num sistema inovador e complexo, baseado nos seguintes componentes: o setor digital (computadores, redes de comunicação e acesso à internet), o setor da economia digital (sistemas, aplicativos e serviços de pagamento) e o setor da economia digitalizada (e-commerces e industrial 4.0).

A Economia Digital também contribui para proporcionar ganhos pois "os dados são o novo petróleo" e no mercado atual são supervalorizados pois contribuem para uma tomada de decisão muito mais ágio e assertiva. O acesso aos dados, por sua vez, possibilita explorar novas atividades, novos mercados, apresentar soluções e a atender a demandas de forma direta e precisa.

Apesar dos constantes avanços da Economia Digital no Brasil ainda estamos muito distantes dos demais países emergentes como a China, por exemplo, e vivemos um dilema diário de fomentar um expressivo ecossistema de inovação capaz de atender às necessidades dessa nova economia.

Além do fomento à inovação, a implementação de políticas públicas com a participação de todas as esferas do governo bem como a agilidade das patentes também contribuiria para melhorar o processo da Economia Digital no país.

Por fim, esta nova economia pode e está sendo implementada em todos os setores da economia tradicional proporcionando novas oportunidades via crescimento dos negócios, mas exige inovação constante, investimento e qualificação dada a sua velocidade e alcance.

Publicado em: 21.10.22. Disponível em: https://portalunico.com/economia-digital/

CRÉDITO DE CARBONO

O Crédito de Carbono pode ser definido como um ativo de grande relevância com o propósito de atender a uma nova tendência mundial capaz de revolucionar a economia e criar inúmeras oportunidades.

A discussão acerca do Crédito de Carbono surgiu com o objetivo de conter as mudanças climáticas, tendo como marco o Protocolo de Quioto (1997), assinado por 84 países, que estabeleceu metas mundiais para a redução de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). Atualmente, o compromisso estabelece uma redução de pelo menos 18% de emissão entre 2013 a 2020.

Em 2015, através do Acordo de Paris estabeleceu-se metas de redução a serem atingidas não somente pelas nações, mas também por empresas. Surgindo assim, um novo mercado "O Mercado de Carbono". Já em 2021, durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26) estabelece-se as regras básicas para o mercado global de compensação.

A elevação da temperatura média constitui o grande foco do problema mundial sendo causada pelo aumento da concentração de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera com destaque para: o Vapor de Água, o Nitrogênio e o Dióxido de Carbono (CO2), sendo este último o que apresenta a maior concentração e causa maior preocupação.

Em relação ao mercado de Crédito de Carbono, o processo é simples de ser entendido pois qualquer um que comprove que consiga evitar, reduzir e/ou remover as emissões de GEE tem direito a um crédito e isso pode ocorrer de várias formas: substituição da matriz energética, melhoria nos processos produtivos bem como evitar emissões desnecessárias via desmatamento.

Quem precisa e não consegue reduzir ou evitar pode ir até o mercado e comprar créditos que podem ser utilizados para compensar e/ou neutralizar as suas emissões. A compra e/ou a venda de Crédito de Carbono contribui para a Economia de Baixo Carbono.

Na Economia de Baixo Carbono, a redução das emissões de GEE passaram a ter valor econômico. Dessa forma, um crédito de carbono equivale a uma tonelada de carbono que deixa de ser emitida na atmosfera. O crédito tem o peso de um certificado onde os países, empresas ou pessoas o adquire para mitigarem a emissão de gases.

No Brasil, através de Decreto Legislativo n°144, de 20 de junho, aprovou-se o texto do Protocolo de Quioto no ano de 2002, mas a compensação/ neutralização de emissões ainda é uma ação voluntária de marketing (ou responsabilidade socioambiental), enquanto em outros países constitui uma obrigação.

O fato do mercado brasileiros ainda está centrado no voluntariado, dificulta que as empresas estabeleçam metas de redução dos GEE e prejudica a emissão dos certificados uma vez que os créditos são emitidos abaixo da capacidade nacional, gerando menos rentabilidade e pouca responsabilidade em relação à proteção ambiental.

Entre os principais desafios do Mercado de Crédito de Carbono no Brasil, temos a ausência de regulamentação que deveria estabelecer parâmetros, métricas e metodologias para definir o quantitativo de crédito de carbono que cada projeto pode gerar. Atualmente, as empresas voluntárias fazem uso dos parâmetros já consolidados e regulamentados no mercado internacional e seus créditos são certificados por auditorias externas independentes.

Por fim, uma regulamentação nacional contribuiria para gerar uma cadeia de empregos diretos e indiretos, tanto em consultorias, em escritórios jurídicos ou mesmo em órgãos governamentais.

Publicado em: 28.10.22. Disponível em: https://portalunico.com/creditodecarbono/

SOBRE A AUTORA

MICHELE LINS ARACATY E SILVA é Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestra e Especialista em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). MBA em Gestão e Docência do Ensino Superior (UNICEL). MBA em Desenvolvimento Sustentável e Economia Circular (PUC/RS). Economista. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É do quadro de docentes do Departamento de Economia e Análise (DEA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui trabalhos publicados em capítulos e livros e em revistas na área de Desenvolvimento Regional e Sustentável, Amazônia, Novas Economias (Comportamental, Solidária, Criativa) Economia Social, Economia do Crime e Vulnerabilidade Social. E-mail: michelearacaty@ufam.edu.br/ michelearacaty@yahoo.com.br. Acesso ao lattes: http://lattes.cnpq.br/9852711626925841. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8939-3220.

Obras de maiores destaques: Identificação e Análise das Percepções dos Moradores do Setor Noroeste em Brasília-DF; Economia da Floresta, Didática no Século XXI, Vol. III; Análise das Potencialidades Socioeconômicas do Estado do Amazonas; Finanças: Gestão Familiar sem Complicações; Arranjos Produtivos e Estratégias para o Aproveitamento Sustentável da Biodiversidade no Estado do Amazonas; Didática no Século XXI, Vol. II; O Legado dos 50 Anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas (CORECON-AM) e sua Perspectiva para o Futuro; A Importância da Bioprospecção para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Legal: O Açaí com Base em Saccaro Junior; O Extrativismo da Piaçava (Leopoldinia Piassaba Wallace) no Município de Barcelos; Desenvolvimento Regional na Amazônia: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho; Sustentabilidade e Inovação na Amazônia: Perspectivas do Âmbito Científico para o Mundo; Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras; A Questão Ambiental e a Sustentabilidade Amazônica: A RDS Mamirauá; Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional; Tear Educacional Entrelaçando Conhecimentos; Prismas e Práxis: Artigos e Relatos sobre Educação e Amazônia: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional.

São dezenas de artigos publicados em revistas científicas, seis dezenas de capítulos de livro, inúmeros textos técnicos publicados em jornais/ revistas, dezenas de trabalhos completos e resumos expandidos publicados em anais de evento, dezenas de trabalhos apresentados em eventos científicos, dezenas de

participações em programas de rádio e entrevista, centenas de participações em bancas de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e orientações de projetos de iniciação cientifica.

É vice-coordenadora do Programa Atividade Curricular de Extensão – PACE, Diálogos Econômicos que apresenta do programa "Economia em Debate", rebatizado de "Economia em Ação" exibido semanalmente na TV Maskate. Atualmente, mudou para "Jaraqui com Economia", em parceria com o Jornal do Commercio.

É coordenadora do Programa de Atividade Curricular de Extensão – PACE, Conexão Mulheres Economistas, exibido mensalmente através do Instagram do projeto.

Atua também como revisora dos seguintes periódicos: Revista Diálogos Organizacionais, Revista Científica da Faculdade Martha Falcão, Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos; Revista de Humanidades Tecnologia e Cultura; Informe Gepec (ONLINE).

É membro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural -SOBER e Coordenadora Adjunta do GT 07 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Regional desta instituição.

Avaliadora do Prêmio Moacir Piffer de Iniciação Científica (MOPIC) da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, avaliadora do Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia – COFECON, Avaliadora dos trabalhos do evento da SOBER (anual) e do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – UNISC (bianual).

Recebeu menção honrosa pelos seguintes PIBIC': Riqueza, desigualdade e pobreza no brasil: o caso da região centro oeste brasileira; Pobreza do brasil: a situação da pobreza e desigualdade nas regiões sul e sudeste do brasil; Economia comportamental: aspectos singulares dos agentes na tomada de decisão.

Coordenou o Projeto "Juventude Empreendedora" por meio do programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX), atuando nas escolas públicas estaduais com projeto de estímulo ao empreendedorismo entre os jovens estudantes.

Em 2018, foi escolhida "Docente do Ano da Universidade Federal do Amazonas – UFAM" pelo CORECON-AM Acadêmico.

É membro do Comitê Amazonas de Combate é Corrupção Eleitoral –

MCCE, da Ordem dos Economistas do Brasil – OEB e do Fórum de Estudos Econômicos e Sociais para o Desenvolvimento Sustentável – FOCOS.

Atua como conselheira efetiva do CORECON-AM e representante do Conselho para atender às pautas de economia do Portal do Norte – SBT, Manhã de Notícias – Rede Tiradentes, Colaboradora da Coluna de Economia do Jornal do Commercio – JCAM e Colunista do Portal Único.

Em 2021, foi vice-presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas – CORECON/AM onde foi a responsável pela coordenação do XII Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal (XII – ENAM) e Organização da Obra: "O Legado dos 50 anos do Conselho Regional de Economia do Amazonas e sua Perspectivas para o Futuro" como parte das comemorações do Jubileu de Ouro da Entidade.

Foi também em 2021, que recebeu o convite para ingressar como membro da Câmara Brasileira de Cultura do Amazonas sendo agraciada pela "Cruz do Mérito da Economia" tornando-se Dama Comendadora.

Em 2022, foi eleita imortal e ocupante da cadeira n° 71 da Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia – ALACA. Neste mesmo ano, foi homenageada com o recebimento do Prêmio Cidade de Manaus.

ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS

NO PORTAL ÚNICO

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023

ARTIGOS E REFLEXÕES PUBLICADOS NO PORTAL ÚNICO

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023